

DESDE AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS, PARA UM QUADRO ANALÍTICO: AS DESIGUALDADES DE GÊNERO EM UMA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL¹

Naila Kabeer²

Resumo

A partir da experiência do trabalho com mulheres no sul asiático, em especial em Bangladesh, este ensaio busca promover uma compreensão de como as desigualdades de gênero estão profundamente institucionalizadas na sociedade; das relações de poder que expressam; da sua relevância para o domínio das políticas públicas; e, das diferentes formas de *advocacy* de gênero que têm surgido para combater essas desigualdades e promover o empoderamento das mulheres. Esse caminho traz algumas sistematizações teóricas feministas, buscando revelar que não há uma forma única de “fazer gênero” no domínio das políticas e do desenvolvimento. Conclui-se apontando que planejar para a transformação requer uma análise estratégica e uma avaliação objetiva do que é viável, então, o *como fazer* nas políticas é tão importante quanto o *que fazer*.

Palavras-chave: desenvolvimento. Empoderamento. Gênero. Políticas Públicas.

Abstract

The work experience with women in Asia, specially Bangladesh, is the basis to promote a comprehension of how the gender inequalities are profoundly institutionalized in society; the power relations they express; of its relevance for public policies; and, the different forms of gender advocacy that have emerged to combat these inequalities and promote women empowerment. It also brings some feminist theoretical systematizations trying to reveal that there is not an only for of “doing gender” in policies and development. I conclude indicating that planning to transform requires the strategic analyzes and an objective evaluation of what is viable, so *how to do* in policies is as important as *what to do*.

Key Words: Development. Empowerment. Gender. Public Policies.

¹ **Nota da Tradutora:** Artigo publicado originalmente em inglês (Kabeer, N.), “From Feminist Insights to an Analytical Framework: an institutional perspective on gender inequality”. In: KABEER, N.; SUBRAHMANIAN, R. (Ed.). *Institutions, Relations, and Outcomes. Framework and Case-Studies for Gender-Aware Planning*. London; New York: ZED Books, 1999. **Tradução de Cecília M. B. Sardenberg (NEIM/UFBA) para o DFID, com fins didáticos.**

² **Economista nascida em Bangladesh,** é professora de Estudos de Desenvolvimento na School of Oriental and African Studies (SOAS) at London University. Antes disso, ela era Professora associada do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento- IDS, Sussex, onde trabalhou por muitos anos. Seus interesses de pesquisa incluem gênero, pobreza, exclusão social, mercado de trabalho e meios de subsistência, proteção social e cidadania e boa parte de sua investigação tem incidido sobre o Sul da Ásia. Ela desenvolveu distintas abordagens analíticas para a política e planejamento a partir de uma perspectiva de gênero e de pesquisar o empoderamento das mulheres.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vem-se verificando uma proliferação de quadros analíticos que visam facilitar a integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Essa iniciativa vem em resposta a dois tipos de inquietações. Da parte de defensores da perspectiva de gênero, isso representa o reconhecimento de que, caso as contribuições teóricas e da militância feministas não sejam sintetizadas e sistematizadas de forma a tornarem aparente sua relevância para a formulação de políticas públicas e para o planejamento – sobretudo para as pessoas envolvidas na condução dessas atividades –, tais contribuições terão um papel mínimo no sentido de informarem o desenho dessas políticas e seus resultados. Da parte dos planejadores, porém, tal proliferação resulta do reconhecimento de que a cegueira para gênero nos esforços de planejamento, no passado, implicou custos evitáveis, por isso, o interesse em instrumentos analíticos que evitem a repetição dos mesmos erros no futuro.

Neste capítulo, apresento uma tentativa de sistematização de algumas das contribuições teóricas feministas extraídas de um corpo de trabalho que tenta reter a complexidade e o sentido político dessas contribuições, valendo-se, porém, de um quadro analítico que permite aos não familiarizados com essa teoria conduzirem suas próprias análises em um contexto de instituições e culturas que conheçam melhor. Este capítulo baseia-se em versões anteriores do quadro analítico contido em Kabeer (1994a) e Kabeer e Subrahmanian (1996), tentando adaptá-lo mais explicitamente para o contexto indiano. Tem-se como propósito promover uma compreensão de como as desigualdades de gênero estão profundamente institucionalizadas; das relações de poder que expressam; da sua relevância para o domínio das políticas públicas; e, das diferentes formas de *advocacy* de gênero que têm surgido para combater essas desigualdades. Ao mesmo tempo, procura-se tornar aparente que não há uma forma única de “fazer gênero” no domínio das políticas; tudo o que um quadro analítico pode fazer é oferecer uma janela da realidade diferente daquela com a qual os planejadores estão acostumados e torcer para que isso faça diferença na forma em que eles desenharão e executarão suas políticas no futuro. Como bem aponta Sandra Bartky, feministas não fazem perguntas diferentes dos outros; apenas fazem as mesmas perguntas de uma forma diferente.

2 NATUREZA, CULTURA E SOCIEDADE: DIFERENTES PERSPECTIVAS DE GÊNERO

Um dos principais fatores da cegueira para gênero nas políticas do passado relaciona-se a pressupostos e formas de pensar que fazem as relações entre homens e mulheres aparentarem ser um aspecto eterno, fixo e imutável da condição humana. Um desses pressupostos tem a ver com a ampla tendência a se confluir sexo e gênero. Mas há uma importante distinção entre um e outro, distinção esta fundamental para a maneira como grande parte do pensamento feminista tem evoluído e como tem sido formulada a *advocacy* de gênero para a mudança social. Esta distinção também está no cerne do quadro analítico que desenvolveremos neste capítulo. Aqui, oferecerei apenas uma simples explicação da distinção entre os conceitos que informam tanto este quadro como as análises desenvolvidas no livro.

Sexo é tomado como referência àqueles atributos biológicos do macho e da fêmea da espécie humana, que se relacionam a seus órgãos reprodutivos. O macho e a fêmea da espécie humana são muito semelhantes um ao outro em outros aspectos da sua biologia: ambos necessitam de comida, de água, descanso, vestimentas e abrigo para sua sobrevivência básica; ambos são seres totalmente dependentes quando pequenos e tornam-se gradualmente mais dependentes com a velhice. Ambos são capazes de dar sentido a seu mundo e de agir com o propósito de mudar suas condições de vida.

Gênero refere-se ao conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre o macho e a fêmea da espécie humana é transformada e exagerada em uma diferença social muito mais ampla. A tendência a se confluir *diferença sexual*, de ordem biológica, com *diferença de gênero*, de ordem social, dá lugar à noção de que todas as diferenças observáveis nos papéis, capacidades e habilidades atribuídas a homens e mulheres em um dado contexto estão enraizadas na biologia e, portanto, não podem ser transformadas.

Mas, sociedades diferentes, é lógico, diferem na interpretação específica que dão à diferença biológica. Algumas sociedades permitem o entremear de grande parte de áreas nas vidas de homens e mulheres, enquanto outras são organizadas de maneira a manter uma rígida segregação entre o mundo dos homens e o das mulheres, e entre o que os homens e as mulheres fazem. O que há em comum entre essas diferentes sociedades é a ideia de que sua forma particular de organizar os papéis e relações entre homens e mulheres é a forma ‘natural’ e,

portanto, a única de fazê-lo. Em muitas sociedades do Sudeste, Asiático acredita-se que as mulheres são naturalmente melhores negociantes e mais preocupadas com dinheiro, atribuindo-se a elas um papel proeminente nos negócios e no comércio. Já em grande parte do sul asiático as mulheres são consideradas incapazes de lidar com dinheiro, designando-se as questões financeiras aos homens. Em muitas partes da África do Sub-Sahara, o cultivo é baseado no uso da enxada e são principalmente as mulheres que lidam com a enxada. Tão profunda é a noção de que arar com enxada é parte do trabalho da mulher, que um oficial da Gana revelou, durante um curso de treinamento, a existência de um ditado afirmando que se um homem tocar em uma enxada ele ficará emasculado. No Sul da Ásia, por outro lado, o cultivo é baseado no arado e o uso do arado é visto como trabalho de homem. De fato, as mulheres estão proibidas de tocar no arado porque seus corpos são considerados poluidores. As implicações desse tabu foram claramente delineadas por Jayoti Gupta (1997). Enquanto as mudanças agrárias recentes na Bengali Ocidental, sob um governo socialista, apoiaram-se no ideal socialista de ‘devolver a terra aos cultivadores’ – um ideal cujo viés androcêntrico tornou-se manifesto na exclusão automática das mulheres do direito a terra – a análise de Gupta (1997) mostra que muitas mulheres estavam preparadas para cultivar suas terras mesmo frente à desaprovação social.

As noções biologizantes sobre as diferenças entre homens e mulheres são significativas no contexto do desenvolvimento, uma vez que sancionam noções sobre a forma apropriada de distribuição de recursos e responsabilidades, noções essas difíceis de serem flexibilizadas. Dessa maneira, homens e mulheres são privados de fazer certas coisas ou de receber certos benefícios, não devido a uma habilidade ou incapacidade comprovadas, mas sim porque são homens ou mulheres. Essa diferenciação com base na biologia é contra a equidade de gênero, pois resulta em desigualdades de gênero em termos do bem-estar e de oportunidades. Exemplos disso abundam na literatura sobre desenvolvimento.

Por exemplo, Yates (1994) nota que um documento sobre políticas nacionais para educação, elaborado pelo governo da Gana, apoia-se no determinismo biológico para justificar a oferta segregada de educação vocacional com base no gênero:

Pela sua própria constituição biológica, a natureza fez as mulheres comparativamente mais delicadas que os homens no seu físico. Há, portanto, ocupações que não são próprias para mulheres. Se nossas mulheres, através do seu treinamento vocacional desenvolverem músculos e ficarem com aparência masculina, mais cedo ou mais tarde elas ficarão fisicamente parecidas com seus maridos [...]. Ocupações que requerem força física, geralmente, não são apropriadas para mulheres. Ocupações vocacionais que

requerem mãos hábeis, estética e acuidade de paladar pela língua e outras semelhantes são as que mais se ajustam às mulheres. Tem-se, como exemplo, os ofícios de cabeleireira, costureira, cozinheira, processamento ordinário ou avançado de várias mercadorias [...]. (YATES, 1994, p.104).

Esse documento oferece uma ilustração relevante da instabilidade da distinção entre sexo, como um atributo biológico, e gênero, como uma diferença social, começando com uma afirmativa com bases biológicas: a natureza fez as mulheres mais delicadas, mas faz-se uso dessa suposta diferença biológica para argumentar contra formas de atividade que, aparentemente, negam a biologia: as mulheres podem desenvolver músculos e ficar parecidas com seus maridos! Sabe-se que em Gana, reconhecidamente, as mulheres trabalham muitas e longas horas no campo, desenvolvem suas próprias empresas independentes e, geralmente, exercitam considerável autonomia econômica.

Se afirmativas da diferença biológica são usadas em algumas instâncias para excluir as mulheres dos benefícios de projetos, em outras, elas podem ser chamadas a eles justamente para serem exploradas. O documentário de um projeto de irrigação de arroz na Gâmbia registra como o projeto redistribuiu lotes para o cultivo do arroz – das mulheres para os homens – de sorte que as mulheres passaram a trabalhar como força de trabalho familiar, não assalariada, nas terras de seus maridos. Contudo, anteriormente, as mulheres haviam cultivado arroz nas suas próprias propriedades. Enfatizando a necessidade da força de trabalho feminina no projeto, o administrador do mesmo explicou: “as mulheres são melhores que os homens no que tange ao transplante e elas também são melhores trabalhando na água... portanto, falando francamente, esperamos muito trabalho por parte das mulheres” (CARNEY, 1988, p.63).

Por certo, a disseminação acelerada de conhecimentos sobre as diferentes sociedades no mundo, resultante da revolução nos transportes e comunicações no âmbito global, vem tornando mais difícil sustentar a ideia de que existe algo ‘natural’ na organização da divisão de gênero, no que tange a papéis e responsabilidades em uma comunidade particular, quando se sabe o quão diferente ela pode ser em uma comunidade vizinha. Assim, a resistência a qualquer forma de mudança nas relações de gênero vem sendo cada vez mais racionalizada em termos da ‘santidade da cultura’. O discurso da ‘cultura’ é a linha de defesa mais óbvia quando argumentos baseados na ‘diferença biológica’ começam a se mostrar duvidosos. Esse discurso acomoda a defesa da mesma divisão de gênero das tarefas, responsabilidades e privilégios que os argumentos anteriores baseados na diferença biológica costumavam defender. No entanto, defesa do *status*

quo com base na santidade da cultura é algo de ordem bastante diferente de defesa com base em diferenças biológicas. Crenças sobre diferença biológica são crenças sobre *fatos*, baseados no que sabemos, ou pensamos saber, sobre a realidade objetiva do mundo. Crenças sobre as implicações sociais da diferença biológica podem ser combatidas com evidência fundamentada do contrário. Por exemplo, não faz muito tempo, na Grã-Bretanha, acreditava-se que as meninas não apenas eram menos inteligentes que os meninos, mas também que elas eram tão pouco inteligentes que não mereciam uma educação. Hoje, na medida em que as meninas vêm tendo um desempenho melhor que os meninos nas escolas da Grã-Bretanha, sabemos que aquele argumento não se sustentava.

Em contrapartida, a defesa baseada na santidade da cultura nos desloca da disputa sobre *fatos* para disputas sobre *valores*. A cultura representa uma forma particular de organização da vida social e os valores que a acompanham. Consequentemente, ela implica o privilégio maior de uma série de valores sobre outros. Não estamos mais discutindo como o mundo *é*, mas como ele *deveria ser*. A cultura, em outras palavras, não tem uma existência independente, ‘lá fora’ em algum lugar, independente da maneira em que a visualizamos, tal como ocorre com a diferença biológica. A cultura existe precisamente na maneira em que *vemos, avaliamos e tentamos organizar* o mundo à nossa volta, incluindo, *é lógico*, também como *vemos, avaliamos e organizamos* a diferença biológica. Valores culturais existem nos corações, mentes e sistemas de crenças de homens e mulheres que os sustentam, dão-lhes significado e os reproduzem através de suas práticas ao longo do tempo. Dessa forma, tais valores são uma fonte importante da identidade e sentido de ‘comunidade’ de um povo. Na medida em que esses significados e práticas mudam, a cultura também muda.

Todavia, aqueles que defendem a desigualdade de gênero com base na cultura muitas vezes deixam de perceber o quanto a cultura se transforma. Basta apenas olharmos para a maneira como as coisas eram feitas no subcontinente [da Ásia] no tempo de nossas avós, no de nossas mães e no nosso, para percebermos o quanto a cultura mudou para muitos entre nós. Parte disso vem de mudanças não intencionais, ocorridas em resposta a mudanças nas condições materiais. Vários autores (PALRIWALA, 1999; KAPADIA, 1995) têm chamado a atenção para a ‘sanskritização’ da cultura nos estados do sul da Índia, processo esse que vem se dando com a disseminação de práticas relativas ao casamento associadas com as castas *Brahmana* superiores do norte. Essas práticas – a reclusão das mulheres após o casamento, casamentos fora do grupo

de parentesco, pagamento do dote, a diminuição do *status* de parentes do marido, etc. – têm levado aos mesmos padrões de discriminação das meninas nos estados do sul, antes confinados apenas ao norte. Nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos se prontificou a fazer essas mudanças acontecerem, mas elas aconteceram e representam uma forma bastante diferente de procedimento hoje no sul.

Outras formas de mudanças na cultura são propositais, que resultam de intervenções deliberadas, justamente na tentativa de provocá-las. As cláusulas da Constituição Indiana que garantem igualdade a todos os cidadãos e a adoção de várias medidas sobre tal igualdade podem ser vistas como exemplos de intervenções propositais em uma cultura em que as desigualdades de casta e as de gênero ocupam um lugar central. Mas é precisamente porque a cultura é um corpo de *valores* que a Constituição pode contestar esses aspectos que não são mais aceitáveis no contexto atual, procurando substituí-los por valores de democracia, igualdade e cidadania.

Contudo, a contestação cultural só ocorre quando a dissidência é possível. Enquanto as castas superiores da Índia monopolizavam o poder para definir a cultura de sua comunidade, era-nos dada uma visão do sistema de casta na qual ele aparecia como justiça natural, largamente incontestada. Mas, uma vez que vozes dissidentes começaram a ser ouvidas, uma vez que um movimento “dalit” suficientemente organizado começou a questionar as premissas do sistema de castas, este se revelou pelo que era: uma forma arbitrária e injusta de organizar a vida social. Enquanto os homens detiverem a autoridade de definir a cultura dentro de suas comunidades, seremos servidas com uma determinada visão do que a cultura significa. Aqui, também, na medida em que vozes dissidentes começam a ganhar força, a cultura revela-se como uma dentre muitas outras formas de organização das relações entre mulheres e homens na família e na sociedade mais ampla, mostrando-se, aliás, como uma forma particularmente injusta.

Os vários movimentos sociais na Índia, incluindo-se aí o movimento de mulheres e o movimento “dalit”, podem ser vistos como vozes de dissidência organizada, uma contestação pública de significados e valores culturais dominantes e, portanto, como a corporificação de significados e valores culturais alternativos. Mas a dissidência também ocorre no dia a dia, fora dos espaços da política organizada. Kapadia (1995) encontrou-a nas suas conversas com mulheres rurais (em Tamil Nadu), cujas percepções sobre as relações de parentesco e família como inimigas dos interesses das mulheres se expressavam em um ditado local no qual as mulheres diziam: *Sondam sudum* (o parentesco queima!). Também eu encontrei dissidência em

minhas entrevistas com mulheres trabalhadoras, em Bangladesh. Elas rejeitavam o argumento de que quebravam o *purdah* ao saírem de casa para trabalhar, oferecendo uma interpretação alternativa: “o melhor *purdah* é a *burkah* interior, a *burkah* da mente. As pessoas só dizem que o trabalho viola o *purdah* para manterem as mulheres subordinadas” (KABEER, 1996).

A contribuição de Mathur, neste livro, apresenta um relato mais elaborado de visões contestadoras da cultura, na sua descrição dos acontecimentos, tendo lugar após o *sati* (imolação) de Roop Kanwar, uma jovem mulher *Rajput*, de 18 anos, da vila de Deorala, em Rajasthan. Muitos, em Rajasthan e no país, inclusive alguns descritos como classe média intelectualizada, apoiaram a morte da jovem por se tratar de um “ato voluntário” da sua parte. Outros defenderam esse ato com maior veemência e mais agressivamente. Mathur observa como jovens *Rajput* marcharam nas ruas de Jaipur com espadas nas mãos, em uma afirmação ostensiva da sua identidade cultural, como também uma mostra de força contra aqueles com opiniões dissidentes.

No entanto, muitas pessoas na Índia e, especificamente, em Rajasthan, se perguntaram: que definição da cultura justifica a morte de uma mulher no fogo, não importa o quão ‘voluntário’ aquele ato pareceu ser? Mathur cita a reação das *sathins*, ou mulheres trabalhadoras do Programa de Desenvolvimento da Mulher (WDP) em Rajasthan, que, com base em sua experiência no campo, começavam a questionar a ‘santidade da cultura’ em questões que tão perceptivelmente violavam os direitos da mulher. É claro que se poderia dizer que essas mulheres foram doutrinadas como resultado de seu contato com ‘feministas de classe média’ envolvidas no WDP. Mas, por que vê-las como mais ‘doutrinadas’ nas suas opiniões do que os jovens *Rajput*? Eles marcharam em defesa da sua definição de cultura, definição esta que privilegia os interesses dos homens e subordina a identidade da mulher à do seu marido, de tal forma que a vida dela é desvalorizada quando ele morre. Os jovens *Rajput* marcharam com espadas para defender sua identidade cultural; as *sathins* do WDP fizeram campanha com o movimento de mulheres para defender o que acreditavam ser importante para seus direitos e dignidade enquanto mulheres. Os jovens *Rajput* afirmaram falar em nome da ‘comunidade’, mas eles também defendiam privilégios dos homens. As mulheres afirmaram falar da parte das mulheres e estar defendendo os direitos das mulheres. Quem estava com a razão? Quem decide?

Uma noção de ética do que é certo ou errado, do que é justo ou injusto, ou do que é aceitável ou não aceitável, está no cerne da análise de gênero, não importa quão neutra ela possa ser apresentada. A cultura, como um corpo de valores, joga com um papel importante ao criar um

conjunto de respostas compartilhadas para algumas dessas questões de ética e, assim, constitui-se como uma fonte importante para o sentido de pertencimento, de identidade e de comunidade de um povo. Muitos aspectos da cultura merecem ser defendidos, não apenas no que tange à identidade, mas também devido aos valores éticos que eles incorporam. Mas cultura não é algo indivisível, monolítico, imutável. Alguns de seus aspectos estão constantemente em um processo de mudança. A desigualdade de gênero incorpora valores culturais e, de fato, é um valor cultural que as mulheres, no particular, agora começam a questionar.

Por certo, em culturas nas quais a essência da desigualdade de gênero está no silêncio ou ‘mudez’ das mulheres, a ideia de que elas devam falar por si próprias é uma quebra radical com o passado e, assim, constitui-se como uma ameaça de maiores proporções para aqueles cujo sentido de si próprios e do seu lugar no mundo se constrói em torno de uma ordem social na qual as mulheres são silenciadas e os homens falam por elas. Essas pessoas dificilmente darão ouvido às novas vozes, não importa o quão sejam persuasivas, refugiando-se na defesa da santidade da cultura. Com efeito, a santidade da cultura é muitas vezes defendida, definindo-se a própria *ideia* de dissidência e de seus apelos com base nos direitos humanos, na igualdade e na justiça, como algo alheio à cultura e, portanto, como uma ameaça a sua santidade.

Entretanto, há muitos que começam a questionar se é justo determinar as oportunidades que diferentes indivíduos poderão ter simplesmente com base no seu gênero, particularmente quando isso implica em assimetrias tão gritantes ao nível de sobrevivência e bem-estar básicos – é para essas pessoas que este livro é dedicado.

O quadro analítico deste capítulo e as análises no resto do livro alimentam-se das perspectivas e experiências de um rol de pessoas atuantes no questionamento dessas injustiças, com o propósito de oferecer uma forma de pensar as questões de gênero para aqueles que são relativamente novos nesta arena. O principal objetivo do quadro analítico é o de chamar a atenção para os processos através dos quais a diferença biológica do sexo é traduzida em desigualdades de gênero em diferentes sociedades. Esses processos têm início na vida de todo indivíduo no dia do seu nascimento, uma vez que tenha ele nascido em uma cultura que dá preferência a filhos homens ou em uma em que filhas e filhos são igualmente valorizados, tais processos iram moldar muito da sua experiência de vida daquele dia em diante, ainda que não completamente. Para os propósitos deste livro, concentrar-me-ei largamente em exemplos do contexto indiano, utilizando em especial algumas das contribuições contidas no livro.

3 A CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Conforme notei anteriormente, o conceito de *gênero* surgiu como uma forma de distinguir entre diferença biológica e desigualdades socialmente construídas, ao passo que o conceito de *relações de gênero* procurou desviar atenção de um olhar para mulheres e homens como categorias isoladas, para um olhar que se fixa nas relações sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais (WHITEHEAD, 1979; ELSON, 1991). As relações de gênero são um aspecto de relações sociais mais amplas e, como todas as relações sociais, são constituídas por meio de regras, normas e práticas pelas quais recursos são alocados, tarefas e responsabilidades são designadas, valor é dado e poder é mobilizado. Em outras palavras, as relações de gênero não operam em um vácuo social, mas *são produtos das maneiras pelas quais as instituições são organizadas e se reproduzem ao longo do tempo*.

A organização da família e do parentesco em unidades domésticas e redes extensas de familiares são o *locus* primário das relações de gênero, mas os processos pelos quais as desigualdades de gênero são socialmente construídas não estão confinados simplesmente na esfera doméstica e nas relações de família. Elas são reproduzidas através de um leque de instituições, incluindo-se aí até muitas das agências de planejamento que, supostamente, dirigem-se ao combate das diferentes formas de exclusão e desigualdade em suas sociedades. Por esta razão, o quadro que desenvolvemos para a análise da desigualdade de gênero centra-se na *construção institucional das relações de gênero* e, assim, na construção institucional das desigualdades de gênero. Quadros são instrumentos úteis, face às realidades sociais complexas e dinâmicas, quando conseguem ajudar a chamar a atenção para questões-chave que devem ser exploradas para se atingir certos objetivos analíticos. Em relação aos objetivos deste livro, nosso quadro pretende realçar a existência de desigualdades de gênero na forma predominante da distribuição de recursos, responsabilidades e poder, bem como analisar como tais desigualdades são re/produzidas pelas operações das instituições que governam a vida social.

Quais são essas instituições e de que forma elas constroem as relações de gênero como relações de diferença e desigualdade? Uma simples definição de instituições seria vê-las como

um quadro de regras para se chegar a determinados objetivos sociais e econômicos; organizações seriam as formas estruturais específicas que as instituições tomam (NORTH, 1990).

Para propósitos analíticos, é útil pensar em quatro áreas institucionais-chaves: o estado, o mercado, a comunidade/sociedade civil e o domínio da família/parentesco. Assim, o estado é o âmbito institucional mais amplo para o leque de instituições legais, militares e administrativas; o mercado é o âmbito para organizações, tais como empresas, corporações financeiras, empreendimentos agro-industriais e multinacionais; a comunidade se constitui por vários agrupamentos supra-familiares, incluindo-se aí tribunais comunitários, facções políticas, redes de vizinhança e organizações não governamentais, que exercem influência considerável sobre seus membros em determinados domínios da sua vida; e, grupos domésticos, famílias extensas e grupos de linhagens são algumas das formas como as relações de parentesco são organizadas.

Poucas instituições professam abertamente ideologias de desigualdade, quando desigualdades são observadas, tende-se a explicá-las de forma a legitimá-las e justificá-las. Assim, desigualdades na família e na comunidade tendem a ser atribuídas à diferença natural, vontade divina, cultura e tradição, ao mesmo tempo em que desigualdades em empresas, burocracias e outros órgãos públicos são racionalizadas como parte da operação de forças neutras do mercado ou como regras de recrutamento e promoção baseadas no mérito. Muitas das ideologias oficiais, através das quais as instituições são descritas, tendem a ser acriticamente reproduzidas em textos das ciências sociais, nas políticas públicas e no discurso popular. Por outro lado, a forma compartimentada pela que as ciências sociais foram construídas tem levado ao tratamento de instituições-chaves como se fossem entidades separadas e distintas umas das outras, figurando como objetos de disciplinas distintas. Alguns dos exemplos mais comuns de como as instituições são caracterizadas nas ciências sociais, ou mesmo na consciência popular, são delineados aqui, mas a tarefa analítica é ir além das ideologias ‘oficiais’ professadas por, ou atribuídas a, arenas institucionais diferentes, no sentido de um escrutínio empírico e crítico das regras e práticas reais, por meio das quais suas diferentes formas organizacionais são constituídas.

Construções Oficiais das Ideologias Institucionais

Âmbito Institucional	Ideologias Oficiais
Estado	Assegurar interesses nacionais/ Igualdade para todos os cidadãos

Mercados	Maximização dos lucros/ Assegurar interesses comerciais
Comunidade	Economia moral/ redes sociais
Parentesco/Família	Altruísmo, compartilhar e cuidar

Tal análise deveria tornar claro que, embora diferentes organizações possam operar com seus próprios ‘modos de fazer as coisas’, há certas normas, crenças e valores em comum que atravessam as diferentes instituições, levando à construção e reforço sistemáticos e generalizados de certas desigualdades sociais. Ainda que a literatura sobre instituições e suas formas organizacionais sugira que elas variam consideravelmente uma em relação às outras e através das diferentes culturas, essa literatura também sugere que se pode analisá-las em termos de uma série de componentes constitutivos genéricos, quais sejam: *regras, atividades, recursos, pessoas e poder*. Esses componentes são mais bem caracterizados no quadro abaixo:

‘Desconstruindo’ Organizações

Regras (ou como as coisas são feitas): o comportamento institucional é normalmente governado por regras (ou regulamentos), ao invés de ser algo idiossincrático ou aleatório. Padrões de comportamento institucional distintos estão presentes no que é oficial e não oficial, no que está explícito e implícito, em normas, valores, tradições, leis e costumes que restringem ou favorecem o que é feito, como é feito, por quem é feito e quem será beneficiado. A institucionalização de regras tem a vantagem de permitir que decisões recorrentes sejam tomadas e se alcancem os objetivos institucionais com uma economia de esforços; sua maior desvantagem está em tornar-se algo tão rotineiro a ponto de fazer com que a maneira pela qual as coisas são feitas aparente ser algo natural ou imutável.

Atividades (o que é feito): o reverso da medalha das regras institucionais é a geração de padrões de atividades distintos. De fato, instituições podem ser definidas como arranjos de atividades ‘governadas por regras’, organizados em torno de se atender necessidades específicas na concretização de determinadas metas. Essas atividades podem ser produtivas, distributivas ou regularizadoras, mas o fato de serem ‘governadas por regras’ significa que instituições geram práticas rotineiras e são por elas reconstituídas. A prática institucional é, portanto, um fator chave na reprodução de desigualdades sociais ao longo do tempo. Em última análise, é a prática institucional que deverá ser mudada para que relações desiguais sejam transformadas.

Recursos (o que é usado, o que é produzido): todas as instituições têm a capacidade de mobilizar recursos, cujos padrões de mobilização e alocação são governados por regras institucionais. Esses recursos podem ser humanos (trabalho, educação e qualificação), materiais (alimentos, bens, terra, dinheiro) ou intangíveis (informação, articulação política, boa vontade, contatos) e podem ser usados como ‘insumos’ da atividade institucional ou representar ‘produtos’ institucionais.

Pessoas (quem é excluído e incluído nas atividades institucionais): instituições são constituídas por categorias específicas de pessoas. Poucas instituições, apesar das suas professadas ideologias, são totalmente inclusivas. Na verdade, as regras e práticas institucionais determinam que categorias de pessoas serão incluídas (ou excluídas) e de que maneira a estas serão alocadas distintas tarefas, atividades e responsabilidades nos processos produtivos da instituição, bem como os diferentes recursos nos processos distributivos. Padrões institucionais de inclusão, exclusão, posicionamento e progresso na instituição expressam classe, gênero e outras desigualdades sociais.

Poder (quem determina prioridades e formula as regras): O poder é raramente disseminado equitativamente através da organização, não importa o quão igualitária possa ser a sua ideologia formal. A distribuição desigual de recursos e responsabilidades dentro de uma organização, junto com as regras oficiais ou não oficiais que legitimam tal distribuição, tende a garantir que alguns atores institucionais tenham a autoridade de interpretar as metas e necessidades institucionais, assim como a habilidade de mobilizar a lealdade, trabalho e aceitação de outros. Portanto, o poder é constituído como uma feição integrante da vida institucional, através das suas normas, regras e convenções, da alocação dos recursos e responsabilidades e de seus costumes e práticas. Os resultados da prática institucional, incluindo-se aí sua reprodução ao longo do tempo, refletirão os interesses daqueles com o poder de elaborar suas regras, bem como de mudá-las.

4 UTILIZANDO O QUADRO NA ANÁLISE DE INSTITUIÇÕES: ALGUNS EXEMPLOS

A estreita utilização desses conceitos na análise de uma organização ajuda a ressaltar como esses elementos inter-relacionados operam para dar lugar a desigualdades de gênero. Um enfoque mais amplo poderá evidenciar de que modo o gênero e outras desigualdades sociais são mutuamente constituídas no interior e através de diferentes âmbitos institucionais. A família, enquanto uma forma específica de organização baseada no parentesco, é o âmbito institucional primário para a construção de relações de gênero, já que se trata do âmbito no qual se tem início o processo de constituição da diferença biológica em desigualdade de gênero.

Em grande parte do subcontinente indiano, particularmente nas planícies do norte, incluindo Bangladesh e o Paquistão, a preferência por filho homem é um valor cultural estabelecido de longa data, de forma que, desde o seu nascimento, a menina não só é tratada de maneira diferente do menino, como também menos desejada. O grau de discriminação pode variar de família para família, mas a discriminação é comum o bastante para se mostrar em dados estatísticos que denotam diferenças de gênero marcantes em termos de nutrição, alocação de alimentos, condições e gastos com saúde, educação, índices de mortalidade e de expectativa de vida. Os mesmos valores e práticas culturais também excluem as mulheres do espaço público, restringindo sua capacidade de contribuir para a renda familiar e, assim, definindo-as como economicamente dependentes, o que justifica o tratamento desigual que lhes é dado dentro da família.

Normas e regras de parentesco têm um papel importante na estrutura das práticas matrimoniais. No contexto indiano, elas entrecortam as normas de castas e classe para determinar quem casa com quem, com que idade, em que direção os recursos fluirão com o casamento e com quem o novo casal irá morar: se com a família do marido, da mulher ou sozinho, em sua própria casa. Caracterizamos essas regras e normas como *institucionais*, porque elas não são determinadas nem escolhidas por indivíduos; elas existem em nível de uma coletividade mais ampla, da comunidade ou sociedade. Indivíduos que infringem essas normas e regras são vistos, de certa forma, como ‘desviantes’ e podem ser penalizados. No entanto, essas regras e práticas variam dentro do contexto indiano, conforme a contribuição de Palriwala bem aponta.

Assim, no sul da Índia, casamento entre primos cruzados é mais frequente e os casais podem residir tanto com a família da noiva quanto com a do noivo. Já nos sistemas de parentesco do norte, pratica-se a isogamia, seja em relação à parentela quanto à vila de origem, de sorte que as mulheres vão viver com a família do marido como noivas forasteiras. Acredita-se que essas diferentes práticas influenciam consideravelmente a modelagem ou padronização das formas de poder e desigualdade que serão vivenciadas, por exemplo, observa-se maior igualdade de gênero nos sistemas de parentesco do sul da Índia, de acordo com os quais as mulheres não são separadas dos seus parentes natais, em comparação à maior subordinação de gênero das mulheres nos sistemas do norte, onde elas são física e ideologicamente separadas da família de origem. Além disso, a prática de reclusão das mulheres, de controles rígidos sobre a sua mobilidade e sobre o dote, que restringem ainda mais a contribuição econômica das mulheres nos sistemas de parentesco do norte da Índia, tendem também a minar ainda mais a sua autonomia pessoal frente aos homens no âmbito da família e da comunidade.

Em contextos em que os homens são culturalmente definidos como os principais ou únicos provedores (como no norte da Índia), eles também tendem a ser mais favorecidos na distribuição de recursos (propriedades e heranças), bem como na disputa sobre produtos (consumo e investimento) dentro do grupo doméstico-familiar. Analisando as práticas de distribuição de alimentos em grupos dessa ordem, em Rajasthani, Palriwala aponta para um dos mecanismos através dos quais normas culturais são transformadas em uma hierarquia de demandas, produzindo formas de práticas discriminatórias tipicamente encontradas naquele estado: os homens adultos têm prioridade maior, sendo o chefe da casa, 'o primeiro entre iguais'. Os homens velhos e jovens, particularmente os filhos jovens, vêm depois em termos de prioridades, mas os filhos jovens muitas vezes têm prioridade sobre os homens velhos da casa. Uma vez que quem fica responsável por cozinhar e servir a comida são as mulheres, elas são culpadas quando falta comida ou alguém se sente discriminado, mesmo que a ordem de distribuição seja culturalmente sancionada e muito além da escolha de qualquer mulher.

Os altos índices de mortalidade feminina comparados aos masculinos em qualquer faixa etária, que se traduzem em desigualdades de gênero na expectativa de vida de um modo geral, refletem essa generalizada desvalorização estrutural da mulher. Palriwala delinea como, no contexto de Rajasthan, os direitos de propriedade masculinos e a possibilidade dos homens contribuírem economicamente, justapostos ao não acesso das mulheres a títulos de propriedade e

sua exclusão do mercado, produzem uma imagem das mulheres como dependentes econômicas e, portanto, como alguém que só tem direitos a recursos residuais de um grupo doméstico. As mulheres são penalizadas por serem um peso econômico, por uma cultura que as define como peso econômico.

Relações de parentesco e família são ‘atribuições de gênero’ (WHITEHEAD, 1981), no sentido de que todas as relações entre seus membros são definidas em termos de gênero e determinam os direitos e obrigações implicados nessas relações. Para usar o exemplo mais simples: enquanto a relação pais/filhos é neutra para gênero como conceito, na verdade, ela refere-se a relações altamente engendradas entre mães, pais, filhas e filhos, que são atualizadas por mulheres, homens, meninas e meninos específicos e em nível individual, mas que são governadas por normas e valores culturais que delineiam como uns devem tratar os outros e o que podem esperar da parte dos outros.

Ademais, conforme sinalizado acima, as normas e valores que ajudam a definir e a estruturar relações e comportamentos no âmbito da família e do parentesco não são produtos de famílias e grupos de parentesco específicos, mas da coletividade social mais ampla. Consequentemente, essas normas e valores são transmitidos para outros âmbitos institucionais, muitos dos quais professam ser, ou são representados como, neutros para gênero. Um exemplo da maneira pela qual o sistema escolar – que certamente não é instituído para reforçar as desigualdades de gênero, mas que assim o faz – nos é dado por Gayathri Devi, do Departamento de Educação, em Karnataka. Ele participou no Projeto de Treinamento para Planejamento de Gênero e nos ofereceu uma análise de conteúdo de livros didáticos do ensino fundamental (do livro I ao livro V) no seu estado. Essa análise revelou que atividades/ocupações descritas em relação a meninos/homens e a meninas/mulheres eram altamente enviesadas: cerca de 40 ocupações e atividades diferentes eram atribuídas a meninos/homens, enquanto apenas 11 eram atribuídas a meninas/mulheres. A lista é reproduzida adiante.

A análise também descobriu um extremo viés no que tange à distribuição por gênero dos adjetivos usados nos livros didáticos da 1^a a 5^a séries, com cerca de 17 adjetivos diferentes usados em relação a meninos/homens (bom, ativo, valente, patriótico, órfão, esperto, galante, corajoso, mensageiro da paz, aventureiro, heróico, poético, onipotente, inteligente, talentoso, extraordinário, audacioso), e apenas 3 ou 4 para meninas/mulheres (meiga, grande mãe, mãe devotada). Será que esses adjetivos refletem a vida real de meninos e meninas, ou homens e

mulheres na Índia, ou mesmo em Karnataka, ou será que, conforme o documento de política nacional de educação da Gana citado anteriormente, se trata meramente da projeção do viés de gênero e classe daqueles que escreveram aqueles livros? E se a educação é um caminho importante, através do qual as crianças aprendem sobre si próprias, sobre seu lugar na sociedade e o que a vida pode trazer-lhes, que mensagens estão aqueles livros passando para meninas e meninos quanto ao seu futuro?

	Masculino	Feminino
Livro I (atividades)	Escovando, balançando, tomando banho, plantando, cortando lenha, soltando fogos, comprando flores, carregando pedras, tocando, voando, dormindo	Comendo, cortando, comprando flores, indo para a escola, dando comida aos bodes, preparando as crianças para a escola
Livro II (ocupações)	Fazendeiro, mecânico, pescador, motorista, ceramista, instrutor de ginástica, carpinteiro, dono de armazém, marceneiro, tecelão, rei, bombeiro, carteiro, policial, diretor de escola, soldado, professor, alfaiate	Compradora (comprando frutas, etc.), garçonete (servindo comida, etc.).
Livro III	Comerciário, carteiro, sentinela, professor, fazendeiro	Vendedora de flores, professora
Livro IV	Líder, reformador social, treinador de cobras, sentinela, ministro	Cantora
Livro V	Engenheiro, artista, ativista	

Vários outros exemplos de como normas de gênero são reconstituídas em domínios institucionais, aparentemente neutros para gênero, aparecem nas contribuições deste livro. O capítulo de Kapadia descreve como isso acontece no mercado de trabalho agrícola de Tamil Nadu. Embora o envolvimento das mulheres nesses mercados seja bem maior nos estados do sul do que nos do norte, ainda assim se observa uma segregação de tarefas no processo produtivo que se reflete no mercado de trabalho. Semear e arar são definidas como atividades ‘masculinas’, ao passo que carregar terra e capinar são vistas como ‘femininas’. Kapadia nota que, apesar dos significados culturais dessa divisão de trabalho específica sugerir que se trata, aparentemente, de algo ‘natural’, ditado pela diferença biológica, algumas dessas classificações são bastante arbitrárias. ‘Quebrar o solo como o arado’ ou com uma enxada grande eram tidas como atividades ‘masculinas’; mas cavar o solo para capinar era definida como ‘feminina’, por envolver uma enxada pequena.

Kapadia também observa que os homens ganhavam o dobro do salário feminino pelo mesmo tempo de trabalho, um diferencial que tanto mulheres quanto homens concordavam ser justificado, porque os homens faziam um trabalho mais laborioso. No entanto, dado que os homens aravam a terra esporadicamente enquanto as mulheres carregavam terra incessantemente, ela sugere que isso se devia mais a percepções ideológicas do que a uma realidade objetiva³. Uma outra consideração no tocante aos salários desiguais dizia respeito ao fato de que seria considerado altamente humilhante para um homem ganhar o mesmo que a mulher, ainda que pelo mesmo trabalho. Um diferencial tinha que ser observado para sinalizar o status superior dos homens. Havia, portanto, um ‘prêmio de gênero’ nos salários. A mecanização do arado minou um dos principais postos de trabalho masculino, mas o poder dessas definições culturais colocou freios, no sentido dos homens atravessarem a divisão de gênero e assumirem tarefas ‘femininas’. Nas raras ocasiões em algumas mulheres assumiram um posto de trabalho ‘masculino’ por precisão, elas ainda recebiam salários ‘femininos’.

Os capítulos de Thakur, Chikarmane e Sarin testemunham como instituições governamentais reproduzem desigualdades de gênero entre funcionários (o elemento ‘pessoas’ no quadro analítico), através de regras e regulamentos que são implícita ou explicitamente viesados no tocante a gênero. Thakur nota de que modo as normas do domínio doméstico se intrometeram na esfera burocrático de forma que, até 1972, as regras de recrutamento do IAS discriminavam explicitamente contra mulheres casadas, porque as responsabilidades de esposa e oficial eram vistas como incompatíveis. Ainda prevaletentes são as formas mais implícitas de discriminação, em alguns estados, em que posições no campo são reservadas aos oficiais homens, enquanto às oficiais mulheres se destina trabalho de escritório. Não há nada no regimento interno especificando tal procedimento; trata-se apenas da forma como as regras são interpretadas. As mulheres só foram admitidas no Serviço de Florestaria em fins dos anos 70 e ainda hoje não lhes é permitido trabalharem como guardas florestais. Com efeito, Sarin aponta que, apesar da mudança para ‘gerenciamento de florestas articulado’ e do idioma da ‘participação popular’, os departamentos de florestaria ainda retêm a ‘estrutura de organização paramilitar’ herdada do período em que seu papel era proteger as florestas da própria população.

³ O argumento de que os diferenciais de gênero nos salários agrícolas refletem valorações ideológicas e não econômicas foi trazido para mim por uma trabalhadora rural em Bangladesh (veja-se Kabeer, 1994, p.152).

Chikarmane aponta regras, normas e procedimentos através dos quais a força policial tem permanecido quase que totalmente masculina. As mulheres foram incorporadas na força policial para lidarem com outras mulheres e essa mentalidade segregadora permanece embebida nos regulamentos. O recrutamento não é aberto para mulheres em todos os estados, limitando-se apenas ao número de postos disponíveis para mulheres policiais. As regras de recrutamento servem assim como um primeiro ponto de segregação, de sorte que, na maioria dos estados, as mulheres representam menos de dois por cento da força policial. Embora, em princípio, as vias de promoção seriam iguais para mulheres e homens, os restritos postos existentes para mulheres se traduzem em possibilidades de promoção muito mais limitadas para elas do que para os homens. O resultado disso tudo é uma força policial e delegacias predominantemente masculinas, o que inibe metade da população na busca de proteção ou de ações punitivas. Os efeitos desse viés de gênero nas atitudes e práticas da polícia foram registrados tanto por Chikarmane como Mukhopadhyay. Chikarmane também documenta como isso afeta as atitudes e práticas das mulheres em relação à polícia. O capítulo de Rajgopal oferece algumas indicações de como regras, normas e práticas embebidas no tipo de educação fundamental oferecida pelo governo se intersectam com as regras, normas e práticas da comunidade mais ampla em Rajasthan, no sentido de assegurar que somente grupos determinados de crianças oficialmente tidas como de idade escolar – isto é, somente meninos, especialmente aqueles de unidades domésticas das castas superiores – se beneficiem da disponibilidade desse recurso.

Uma análise das várias maneiras como diferentes instituições tanto se apoiam em normas e crenças sobre gênero, classe e casta, quanto de como as reproduzem, ajuda a explicar como os recursos são distribuídos, quem se beneficia e quem é excluído. Kabeer e Murthy identificam três formas de desvantagens de gênero que são provavelmente relevantes em uma variedade de contextos diferentes, mas são aqui exploradas apenas em relação ao acesso a programas de crédito para os pobres e seus benefícios. A primeira diz respeito ao que aqui chamamos de *desvantagem intensificada por gênero*, referindo-se ao fato de que, em qualquer grupo desfavorecido de uma sociedade, as mulheres, por uma larga margem, têm todas as desvantagens que recaem sobre os homens do mesmo grupo, mas de uma forma intensificada devido à discriminação direta de gênero na alocação de recursos e responsabilidades. Assim, para qualquer classe, as mulheres tendem a ter menos recursos, bem como a serem mais iletradas e socialmente

isoladas que os homens, dada a maneira pela qual normas e práticas definem seu acesso a esses recursos.

O segundo se refere a *formas de desvantagens específicas de gênero* e reflete as formas específicas, em que gênero define as mulheres como uma categoria subordinada dentro de um determinado contexto cultural. Isto se refere à operação de normas e práticas culturais que se estendem a todos quantos compartilham uma mesma cultura, mas que podem ser operacionalizadas diferentemente através de diferentes classes ou castas. Assim, no contexto indiano, formas de desvantagens específicas de gênero têm a ver com responsabilidade primordial das mulheres pelo trabalho doméstico – independente de quaisquer outros tipos de trabalho que elas desempenhem –, com as restrições impostas à sua mobilidade e com as “características poluidoras” atribuídas a seus corpos. Contudo, essas formas de desvantagens podem tomar formas diferentes em diferentes castas e classes.

A terceira categoria relaciona-se à *desvantagem de gênero imposta*, referindo-se ao fato de que, enquanto as desigualdades de gênero podem ser construídas através de diferentes normas e realidades variadas para grupos sociais diferentes, em uma dada sociedade, alguns grupos têm mais poder que outros na afirmação de suas normas e de sua realidade como universais, assim como na imposição dessas normas na maneira em que bens e serviços serão distribuídos na sociedade. Os capítulos contidos neste livro oferecem vários exemplos de desvantagem de gênero imposta, evidentes no viés androcêntrico, das camadas médias urbanas, que caracterizam o desenho e oferta de educação (Rajgopalan), crédito (Kabeer e Murthy), produtos florestais (Sarin), justiça legal (Mukhopadhyay) e emprego público (Thakur).

Qualquer organização pode ser esmiuçada, tanto através do quadro delineado acima, quanto através da análise de suas regras oficiais e extra-oficiais. Aliado à distribuição de recursos e responsabilidades entre diferentes categorias de pessoas que essas regras estabelecem, esse quadro pode nos ajudar a entender o padrão de hierarquias que caracteriza a organização, ou seja, onde reside o poder no seu interior e quem o exerce. Assim, os “produtos” de gênero da prática organizacional – quem recebe o que, quem faz o que, quem decide, quem ganha e quem perde (que homens e que mulheres) – podem ser visualizados através de uma “fotografia” analítica das suas regras, recursos e práticas (Veja-se a Figura 1).

Como as contribuições deste livro bem demonstram, uma análise das ‘regras’, no particular das oficiais, nos oferece apenas uma visão parcial no que diz respeito à compreensão

dos produtos desiguais que elas geram. Tão, ou mesmo mais importante, é a análise do processo pelo qual regras oficiais e normas e crenças extra-oficiais intervêm nas interações cotidianas, por meio das quais metas organizacionais são traduzidas em práticas.

Tabela 1: Relações de Gênero (como produtos)

REGRAS, NORMAS COSTUMES, DIREITOS, DE PODER RESPONSABILIDADES, INSTÂNCIAS DEMANDAS OBRIGAÇÕES	RECURSOS COMO INSUMOS, RECURSOS COMO PRODUTOS	ATIVIDADES PAPÉIS, TAREFAS TRABALHO	COMANDO E CONTROLE (HIERARQUIAS E DAS DECISÓRIAS)
--	--	---	---

É claro que, nesse contexto, a questão do poder e autoridade é crítica para uma compreensão de quais serão os significados e interpretações que prevalecerão no produto final. No sentido organizacional mais estreito, o poder se concentrará mais densamente naqueles membros da organização que são favorecidos pelas regras no tocante aos recursos e autoridade (isto é, poder legitimado na tomada de decisões). No sentido social mais amplo, porém, o poder não é definido por regras formais, mas exercido mais provavelmente por aqueles capazes de mobilizar recursos através dos diferentes domínios organizacionais. Temos um exemplo de como isso opera na contribuição de Mukhopadhyay, que traça a maneira através da qual o direito, definido na lei, de esposas a receberem pensão alimentícia foi frequentemente solapado, porque os respectivos maridos conseguiram fazer uso de noções compartilhadas sobre capacidades/incapacidades das mulheres enquanto esposas, e assim conquistar o apoio da polícia, de advogados e de juizes, garantindo veredictos a seu favor. Nesse caso, não são apenas os recursos individuais do marido que determinam sua habilidade em assegurar um resultado favorável, mas sim sua habilidade em mobilizar o apoio ideológico de outros homens em posições de influência nas esferas “oficiais”.

É *precisamente* porque os homens de qualquer classe social têm geralmente mais possibilidades que as mulheres da sua classe de mobilizar recursos em um âmbito mais amplo de

esferas organizacionais – do domínio mais íntimo e pessoal da organização familiar e de parentesco às organizações, aparentemente impessoais, da comunidade, mercado e estado – que as relações de gênero se constituem como relações de poder.

Entender as desigualdades de gênero na perspectiva institucional ajuda a enfatizar a maneira complexa em que regras organizacionais, normas culturais e práticas rotineiras de diferentes instâncias institucionais se intersectam de forma a produzirem e sustentarem esse tipo de desigualdade através do tecido social. Isso também permite chamar a atenção para outros pontos que devem ser contemplados na tentativa de se abordar essas desigualdades em políticas de intervenção:

- De um lado, isso nos faz lembrar que as desigualdades de gênero estão profundamente institucionalizadas em aspectos da prática organizacional pouco questionados. As relações de gênero muitas vezes aparentam ser naturais e imutáveis, porque as desigualdades de gênero atravessam diferentes instâncias institucionais. As práticas através das quais as desigualdades de gênero são institucionalizadas são vistas como dadas, e as ideologias que justificam essas práticas e sua permanência são altamente poderosas e tidas como “eternas”.
- De outro lado, se as organizações são constituídas e reconstituídas no tempo através da rotinização de regras, normas e práticas específicas, então elas podem ser transformadas a partir do questionamento e renegociação das regras e práticas organizacionais.

5 NECESSIDADES, INTERESSES E MUDANÇA INSTITUCIONAL

As estratégias que podem contribuir no questionamento das bases institucionais das desigualdades de gênero devem se apoiar na análise de como organizações em domínios distintos são reconstituídas como relações desiguais no tempo e, assim, de onde um ímpeto para a mudança terá maior chance de emergir. As instituições, junto às regras que incorporam, as filiações que criam, os recursos que distribuem e as práticas que geram sobrevivem no tempo na medida em que servem aos interesses de um número suficiente, ou suficientemente poderoso, de

seus membros. As regras, normas e práticas de uma organização requerem que seus membros cumpram certas obrigações em troca do atendimento de determinadas demandas. Definidas pelas regras e normas da organização, essas demandas e obrigações estabelecem certas *necessidades* para diferentes membros, relativas ao que deles se espera e, dessa forma, elas contribuem para que a organização se reproduza através do tempo. Naquelas relações institucionais que são constituídas em termos de atribuições de gênero, como nas associadas com família e parentesco, essas demandas e obrigações também serão definidas em termos de gênero, criando necessidades específicas de gênero, dentre elas as *necessidades práticas de gênero* da vida cotidiana.

Embora outras organizações possam não ser inerentemente baseadas no gênero, notamos aqui exemplos de como tendem ainda assim a reproduzir normas, práticas e desigualdades de gênero na forma em que estas são estruturadas. Isso geralmente se traduz no reconhecimento de determinados atributos e necessidades de gênero relevantes, deixando, porém, outros de fora. Dessa maneira, os empregadores podem justificar o pagamento de salários mais altos para trabalhadores homens, porque eles são socialmente definidos como os principais provedores na família, ao mesmo tempo em que se recusam a oferecer creches no local de trabalho para as mulheres trabalhadoras, argumentando que cuidar de crianças é parte das suas responsabilidades domésticas particulares.

Em outras palavras, as necessidades não são interpretadas em termos ditos neutros; só algumas necessidades recebem o reconhecimento social da organização. O papel dos homens, enquanto provedores, se traduz não apenas na “necessidade” de terem um emprego, como também de receberem um salário maior que o pago às mulheres, independente dos seus respectivos níveis de produtividade, ou do fato de que algumas mulheres, na realidade, são as únicas ou as principais provedoras nas suas famílias. Já o papel das mulheres como nutrizas não é facilmente reconhecido a ponto de se assumir a necessidade de creches no ambiente de trabalho. É, portanto, a partir de uma “política de interpretação das necessidades” que estados, mercados e organizações não-governamentais reproduzem as desigualdades de instituições inerentemente engendradas na família e parentesco.

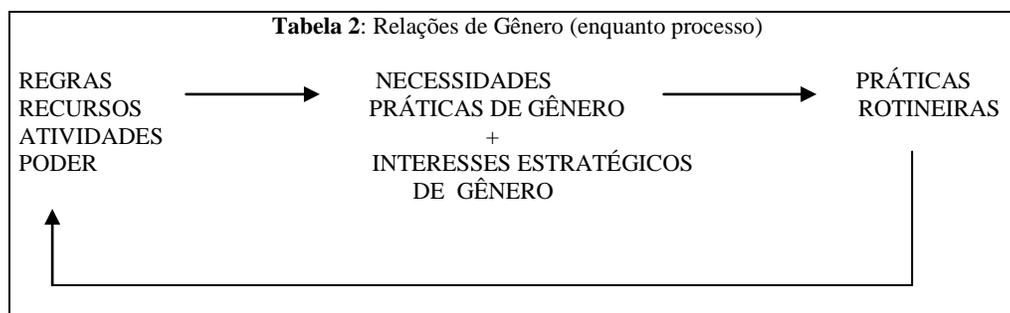
O capítulo de Rajgopal analisa como a rede pública de ensino fundamental em Rajasthan foi estruturada de forma a ignorar não apenas as desvantagens de classe e casta que diferenciam meninos e meninas de idade escolar, como também os constrangimentos e necessidades específicas de gênero que afetam o ingresso de meninas na escola. A composição de gênero do

professorado, o horário de funcionamento, a localização das escolas, o conteúdo curricular e, na verdade, todos os diferentes aspectos do sistema de ensino não levam em consideração os constrangimentos sociais, as tarefas domésticas e os papéis familiares que dificultam o ingresso de meninas das famílias mais pobres na rede escolar. Como consequência disto, Rajasthan tem os piores índices no país no que refere à alfabetização básica e índices ainda mais baixos no tocante à alfabetização feminina. Contudo, baseando-se na experiência inovadora de um programa que explicitamente se endereça às distorções nas regras e práticas da rede pública de ensino, Rajgopal mostra como um planejamento de políticas públicas mais imaginativo pode ajudar a reverter formas de discriminação tradicionais.

A contribuição de Sarin neste livro oferece uma análise de como as desigualdades de classe e gênero se articulam de forma a modelarem a definição de “necessidades” no contexto da florestaria social. Embora o governo indiano tenha adotado a ideia de um manejo de florestas em conjunto com a comunidade, ele tende a operar com um conceito não diferenciado de comunidade, ignorando a existência de necessidades e interesses diferenciados, senão conflitantes, no interior dessa comunidade no tocante aos produtos florestais. Mulheres de famílias pobres dependem da coleta de produtos da floresta para uso como combustível na cozinha, de sorte que, embora sejam as necessidades coletivas da família por comida cozida que sublinham a coleta de lenha, isso é construído como uma necessidade prática de gênero das mulheres, por ser delas a responsabilidade de catar lenha. Todavia, as políticas florestais têm priorizado as necessidades da *comunidade* por madeira, ao invés das necessidades das famílias pobres por lenha para cozinhar. Resulta que as mulheres pobres, por tentarem burlar as regras existentes, foram transformadas em “inimigas da floresta”, o que as coloca em conflito direto com homens e mulheres de unidades domésticas mais privilegiadas, e agora transformados em “polícia florestal”, por terem acesso a fontes alternativas de combustível e por se beneficiarem da venda da madeira.

Na medida em que os arranjos organizacionais existentes atendam às necessidades de uma proporção suficiente, ou suficientemente poderosa de seus membros – *e um arranjo melhor não seja aparentemente possível* – haverá pouco incentivo para se tentar renegociar as regras em voga, de sorte que a organização em questão tenderá a se reproduzir de forma estável no tempo. No entanto, dado que as práticas em uso incorporam desigualdades de gênero na distribuição de recursos e autoridade sobre eles, mulheres e homens serão beneficiados de forma desigual e,

provavelmente, terão *interesses estratégicos de gênero* bastante divergentes e, não raro, conflitantes, em defender, resistir ou transformar as regras em operação. Assim, enquanto a **Tabela 1** nos oferece uma visão “fotográfica” das relações de gênero no interior de organizações específicas, ajudando-nos a explicar os *produtos* de gênero da prática organizacional em um determinado ponto no tempo, a **Tabela 2** chama a atenção para o *processo* em curso no tempo: ou seja, para a reconstituição inalterada das desigualdades de gênero. Isso resulta, de um lado, de interesses poderosos em promover a não alteração das práticas e, de outro, da ausência de qualquer outro grupo de interesse contrário, ou suficientemente forte para questioná-las.



Utilizamos aqui os termos “necessidades práticas” e “interesses estratégicos” para fazer uma distinção entre os aspectos manifestos e subjacentes das desigualdades de gênero em nossa análise de políticas de intervenção sensíveis ao gênero, uma distinção que aparece de forma variada neste capítulo e no resto do livro.

Necessidades práticas de gênero se referem àquelas necessidades que se manifestam na vida cotidiana, como resultado da divisão assimétrica de gênero de recursos e responsabilidades.

Interesses estratégicos de gênero são produtos das desigualdades estruturais subjacentes que dão lugar a essas necessidades.

As necessidades tendem a ser associadas à situação de dependência no discurso das políticas. Os interesses, por outro lado, implicam o reconhecimento dos direitos de indivíduos e, logo, sua capacidade em definir suas próprias metas e prioridades. Embora necessidades e interesses se refiram a dimensões diferentes de resultados desejados, na prática, eles estão

claramente entrelaçados, já que a capacidade de fazer escolhas reside no atendimento de determinadas necessidades anteriores; a forma que essas necessidades são atendidas define o grau em que as pessoas poderão fazer escolhas por si próprias.

Molyneux (1985), que formulou a distinção entre necessidades práticas e interesses estratégicas, nos dá exemplos dos tipos de mudanças que podem servir aos interesses estratégicos de gênero das mulheres, quais sejam: a abolição da divisão coerciva do trabalho com base no gênero e do controle desigual sobre recursos; medidas contra a violência masculina; respeito pelos direitos reprodutivos; o estabelecimento de igualdade política; e a erradicação da exploração sexual de mulheres. Cada uma dessas mudanças se endereça às diferentes maneiras como as mulheres são constrangidas ao fazerem escolhas, pelo simples fato de serem mulheres.

No entanto, cada uma dessas mudanças também se dirige ao coração das relações de poder de gênero. Elas refletem as estruturas profundamente entrincheiradas das desigualdades de gênero em uma sociedade, os resultados das práticas tradicionais e o fato de que essas desigualdades se enraizaram nos próprios corações e mentes de mulheres e homens daquela sociedade. Contudo, os riscos aí envolvidos são diferentes. As mulheres são visivelmente mais abertas à ideia de mudanças nesse campo, já que elas têm muito mais a ganhar com uma organização mais igualitária das relações de gênero. Os homens, por outro lado, têm um interesse coletivo, *enquanto homens*, nas organizações da vida social que dão a eles um *status* privilegiado. Eles não apenas têm um interesse estratégico de gênero na resistência às tentativas de transformação, mas também maior *capacidade* para resistir a tal transformação.

A ideia de que homens e mulheres possam ter interesses de gênero conflitantes faz com que muitas pessoas se sintam profundamente desconfortáveis, uma vez que as relações de gênero são claramente associadas às relações familiares mais íntimas, tendo sido amplamente construídas como naturais, harmoniosas e não problemáticas. Contudo, estamos constantemente encontrando evidências da existência desse tipo de conflitos. São esses interesses antagônicos de gênero que estão expressos no depoimento de Farzana, a mulher muçulmana que tenta conseguir pensão alimentícia do seu marido, e cuja história nos é contada no capítulo de Mukhopadhyay. O advogado de Farzana lhe diz que ela teria se dado melhor casando-se com um hindu, já que um divórcio não teria sido tão fácil nesse caso. Farzana responde que ela seria rejeitada por sua comunidade se tivesse se casado com alguém de fora desta, ao que o advogado retruca, dizendo

que todos os *jatis* são a mesma coisa por serem indianos. A resposta de Farzana é inequívoca: “Irmão”, diz ela, “só há dois tipos de *jatis*: homens e mulheres”.

Interesses antagônicos de gênero são também evidentes no relato de Bina Agarwal sobre a reação do Ministro da Agricultura ao seu seminário sobre gênero e direitos de título da terra, na Comissão Indiana de Planejamento, em 1989: “você está sugerindo que as mulheres deveriam ter direitos sobre a terra? O que querem as mulheres? Destruir a família?” (AGARWAL, 1994, p.281). E muito embora o movimento de mulheres na Índia tenha identificado o dote tanto como sendo uma expressão do *status* desvalorizado das mulheres na família, como uma das causas da violência contra elas, resultando muitas vezes em morte, elas raramente recebem muito apoio da burocracia indiana na sua luta, já que os homens burocratas geralmente recebem dotes extremamente generosos, *precisamente* porque eles são burocratas.

Podemos ver vários aspectos dos interesses de gênero masculinos em operação nas contribuições de Mathur e de Mukhopadhyay – e não apenas no exercício do poder masculino na sua forma mais horrenda e violenta, mas também no exercício desse poder na mobilização rotineira do viés androcêntrico implícito nas regras e práticas institucionais (LUKES, 1974). Mukhopadhyay nos oferece relatos de como as regras da lei são interpretadas, na prática, no que concerne às mulheres, focalizando a lei que garante aos membros “dependentes” da família (pais idosos, esposas e crianças), o direito legal à pensão alimentícia, caso seja provado que o chefe da casa não está cumprindo suas obrigações. Essa lei, em si própria, é um reconhecimento de uma realidade social: certos membros da família se tornam dependentes de outros pela operação de regras sociais. A forma que essa lei é interpretada determina o grau em que os efeitos dessa situação de dependência são mitigados ou reforçados. Mukhopadyay aborda a maneira que noções culturais sobre o devido lugar das mulheres influenciam no modo como a polícia e as cortes tratam disputas entre maridos e esposas, apontando as bases oficialmente reconhecidas, bem como as extra-oficiais, em que as esposas ganharam ou perderam o direito à pensão.

As mulheres perdem o direito à pensão quando se casam ou arranjam um emprego, passando assim a ser definidas como dependentes de outra pessoa, ou como pessoas independentes. Entretanto, elas podem também perder o direito à pensão se for demonstrado que elas não sofriam espancamentos ou torturas por parte de seus maridos – sendo esta, aparentemente, a única justificativa reconhecida pelas cortes para uma mulher largar seu marido.

Nesses casos, o único tipo de evidência legítima de que tal abuso teve lugar se resumia ao testemunho da polícia.

A contribuição de Mathur conta a história de Bhanwari – uma trabalhadora da WDP que foi surrada por um grupo de homens das castas superiores da sua vila, em razão de sua luta para tentar implementar as políticas governamentais de banimento de casamentos envolvendo crianças – e como o crime praticado contra ela foi tratado pela polícia, pelas cortes locais e, depois, na Corte Suprema. Mathur analisa os tipos de distorções de classe, casta e gênero que entraram no jogo do exercício do poder, permitindo que um pequeno número de homens se apoiasse em outros (principalmente aqueles que compartilhavam de seus interesses de casta), para sustentar seus interesses de gênero, quando estes entraram em conflito com os de uma mulher (que, por acaso, pertencia a uma casta inferior a deles). De fato, um dos argumentos usados pela defesa para sugerir que a surra não poderia ter acontecido invocava, explicitamente, interesses de casta: ele sugeria que, dado que os supostos ofensores pertenciam às castas superiores, havendo inclusive um Brahmin dentre eles, e Bhanwari era de uma casta inferior, a surra não poderia ter se efetuado.

Mas, privilégios masculinos imiscuídos em uma instituição não significam que mudanças sejam impossíveis. As instituições têm que ser constantemente reconstituídas através das práticas de diferentes atores, todos eles trazendo uma variedade de identidades e interesses para essas práticas. É precisamente o potencial para o emergir de conflitos e contradições a partir de interesses divergentes dentro de uma organização que pode levar aqueles que têm a lucrar com a transformação ao ímpeto de questionarem as “regras do jogo”. Aqui é importante não resvalar em uma versão feminista da noção “mulheres como uma categoria homogênea”, assumindo que todas as mulheres reconhecem uma identidade de interesses e agem como defensoras das mesmas formas de mudanças. As mulheres têm identidades outras além da de gênero e algumas mulheres podem se beneficiar o bastante com os arranjos de uma determinada organização, de sorte a verem possíveis mudanças como uma ameaça. Ou então, sua postura na defesa de um sistema de regras e práticas pode mudar com o tempo, na medida em que elas avançam de posições de menor para aquelas de relativamente maior poder⁴.

⁴ O exemplo clássico no contexto do sul asiático refere-se à mulher que avança da posição de uma nova nora na família do seu marido, para a de sogra da mulher do seu filho.

Igualmente falacioso é o outro lado da moeda da ilusão de sororidade universal – aquela da fraternidade universal. Mesmo que os homens, enquanto uma coletividade, se beneficiem de uma configuração específica de regras, normas e práticas dentro de uma organização, alguns homens, enquanto indivíduos, podem não se beneficiar. Tal como as mulheres, os homens também têm outras identidades além da de gênero e até mesmo suas identidades de gênero podem ter implicações conflitantes. Como beneficiários diretos de regras e práticas injustas, eles podem apoiá-las, mas, como pais, maridos ou irmãos daquelas que sofrem os efeitos dessas injustiças, eles podem se opor a essas regras e práticas. Ademais, muitos homens são capazes de rejeitar injustiças, independente de quem se beneficie ou perca com elas, *porque se trata de uma injustiça*.

O marido de Bhanwari parece ser um exemplo desse tipo de homem. Como aponta Mathur, em uma sociedade na qual maridos tendem a rejeitar esposas “violadas”, porque isso se traduz em uma desonra para eles, o fato do marido de Bhanwari ficar a seu lado depois de ter sido obrigado a testemunhar a surra, foi suficientemente incomum a ponto de ser usado, no julgamento, para levantar dúvidas sobre o seu testemunho. A defesa assim argumentou: “na nossa sociedade, como pode um marido indiano, cujo papel é proteger sua esposa, ficar ali assistindo sua mulher ser surrada?” Mathur ressalta que enquanto foi um homem, o juiz, quem inocentou os acusados e, assim, mandou arquivar a queixa de estupro de Bhanwari, foi porém outro juiz, também um homem, quem se pronunciou contra a decisão da corte em uma demonstração organizada por grupos de mulheres.

Em outras palavras, ainda que instituições e estruturas incorporem o viés androcêntrico e promovam o poder do macho, a nível individual, os homens não são mais homogêneos do que as mulheres; muitos deles têm comprovado ser valorosos aliados nas lutas por mudanças. E, enquanto alguns podem contribuir nessas lutas por serem contra injustiças ou por compaixão, outros podem fazê-los por reconhecerem que há “custos” materiais assim como emocionais em ser homem, custos esses de longa duração, frequentemente obscurecidos e bastante diferentes daqueles relativos ao ser mulher. No contexto de experiências de treinamento, muitos homens têm falado das pressões que sofrem para “galgarem o topo” de suas profissões, da pressão para terem um bom ‘desempenho’ sexual e do seu medo de falhar como provedores. Na sua análise da estrutura de gênero do Serviço Administrativo Indiano, Thakur nota que as longas horas que os homens são obrigados a dedicar ao trabalho para provar seu compromisso com o emprego, com

custos consideráveis para a sua vida pessoal e a de suas esposas e filhos, contrastam com as expectativas muito diferentes – e, conseqüentemente, constrangimentos diferentes – depositadas em oficiais mulheres, cujas principais obrigações são [socialmente] vistas como aquelas voltadas para suas famílias.

Tudo isso é ressaltado aqui como prevenção contra o tratamento dos interesses de gênero em termos essencialistas e não para negar que as mulheres tendem a ter muito mais a perder com transformações sociais na direção da maior desigualdade entre os gêneros. O profundo imbricar dos privilégios masculinos dentro de organizações específicas ou na sociedade como um todo sugere que as mulheres tenderão a estar à frente de qualquer questionamento fundamental ao sistema e a se tornarem as defensoras mais efetivas desses questionamentos. Dessa maneira, as estratégias de mudança devem favorecer a criação de condições nas quais o potencial para tais questionamentos possa ser articulado, mobilizado e levado adiante. Isso explica porque ressaltamos anteriormente que a luta para se alcançar maior equidade de gênero nas políticas de desenvolvimento é, em última instância, um *projeto político*, sendo essencial pensar tanto tática como estrategicamente como esse projeto poderá ser mais bem encaminhado.

Tal afirmativa significa o reconhecimento de que a maioria das mulheres precisa de recursos para suportar os constrangimentos impostos pela situação de gênero existente, antes de poderem assumir a tarefa de transformar tal situação. Logo, ao invés de impor uma dicotomia entre, de um lado, as necessidades práticas cotidianas geradas pela divisão de gênero existente no tocante a recursos e responsabilidades e, de outro, interesses estratégicos de gênero em longo prazo, será muito mais útil entender necessidades e interesses como aspectos diferentes da mesma questão: *quais* são as prioridades das políticas alertas para gênero e *como* estas deverão ser operacionalizadas.

Dessa maneira, as necessidades práticas de gênero das mulheres e a forma em que elas são satisfeitas tornam-se dimensões inter-relacionadas aos seus interesses estratégicos. As necessidades apontam na direção da satisfação de escolhas, ao passo que os interesses se referem ao aumento do controle sobre as condições de escolha (veja-se Jonasdottir, 1988, para uma excelente discussão sobre a teoria dos interesses). A capacidade de resistência daquelas/es que têm a lucrar com o questionamento do *status quo* não pode ser tida como dada, ela tem que ser construída através de processos de empoderamento. Nesse sentido, interesses estratégicos de gênero podem ser entendidos como um processo: satisfazer as necessidades práticas cotidianas de

uma forma que propicie a transformação das condições em que as mulheres fazem suas escolhas é um elemento crucial do processo através do qual as mulheres são empoderadas para combaterem os aspectos mais resistentes da sua subordinação. Isso também se relaciona a um ponto levantado anteriormente, ou seja: o potencial transformador de uma intervenção reside tanto nos *meios* utilizados para satisfazer as necessidades e nas oportunidades assim criadas, quanto nos *fins* específicos que informam uma determinada política de intervenção.

6 ENGENDRANDO A AGENDA DE POLÍTICAS HEGEMÔNICAS

A importância de considerações políticas nas tentativas do planejamento, sensível ao gênero, fica bem ilustrada quando se observa as diferentes maneiras em que militantes feministas têm procurado influenciar o processo de formulação de políticas públicas, seja de dentro de agências internacionais hegemônicas, como de fora. Como se verá adiante, esses esforços podem ser destacados não apenas em termos dos seus objetivos mais amplos, como também em termos das bases nas quais as feministas procuram assentar suas demandas. Em particular, os esforços no sentido de tornar as políticas de desenvolvimento mais sensíveis ao gênero têm sido alimentados por dois diferentes, embora não incompatíveis, tipos de considerações (ELSTON, 1992; JAHAN, 1995).

Táticas Integracionistas: o *advocacy* integracionista tem procurado enfatizar como a inquietação com o avanço das mulheres pode contribuir para o sucesso de agendas definidas por aqueles que não têm, necessariamente, uma preocupação particular com as necessidades e interesses das mulheres. Para usar os termos de Jaquette (1990), o *advocacy* integracionista pode ser visto como uma tentativa de deslocar as bases das demandas em favor das mulheres, da ênfase anterior em *necessidades* – uma forma sempre mais discricionária de demanda e uma mais facilmente ignorada em situações de demandas competitivas – para uma ênfase no *mérito*, que corresponde à tentativa de redefinir as bases das demandas das mulheres, de sorte a torná-las mais compatíveis

com as prioridades internacionais. A vantagem aqui se tem no retorno de curto prazo, mas seu sucesso será circunscrito aos parâmetros predeterminados pelas regras institucionais.

Estratégias Transformativas ou Definidoras de Agenda: o *advocacy* transformador baseia-se no reconhecimento, por parte de alguns/mas proponentes da perspectiva de gênero, de que, nas organizações androcêntricas, as ‘regras do jogo’ tendem a produzir noções de mérito que desfavorecem as mulheres (uma questão tratada detalhadamente no capítulo de Thakur). As estratégias transformativas são politicamente mais ambiciosas porque elas se voltam para a mudança das regras, ao invés de jogar por elas. No contexto do desenvolvimento, elas vão além da mera inclusão de questões de gênero na agenda de desenvolvimento, no sentido de procurarem transformar essa agenda e ampliar suas metas, para que ela possa se endereçar a questões de justiça social. Mais crucialmente, tais estratégias procuram dar às mulheres um papel maior na definição da própria agenda. Devido à maior radicalidade de suas metas, as estratégias transformativas demandam um conjunto de táticas mais dissimuladas e complexas: argumentos teóricos que questionam as formas estabelecidas de se pensar; propostas criativas para formas alternativas de se fazer; e mobilização política para garantir estruturas decisórias mais participativas e responsivas (ELSON, 1992).

<i>Formas de Advocacy de Gênero em Políticas de Desenvolvimento</i>			
Objetivo Geral	Política de Intervenção		
	Neutra p/ Gênero	Específica p/ Gênero	Transformadora do Gênero
Integracionista	X	X	----
Transformativa	----	X	X

6.1 ADVOCACY INTEGRACIONISTA: DE NECESSIDADES PARA MÉRITO

As táticas integracionistas de proponentes da perspectiva de gênero começaram como resposta ao status segregado e marginalizado, devido às preocupações das mulheres nas agendas de política hegemônicas, antes do surgimento do *advocacy* de Mulheres em Desenvolvimento (MED). Naquela época, os esforços de desenvolvimento eram dominados pelo motor do crescimento econômico e, geralmente, apoiados por intervenções estatais. Nessa agenda, identificavam-se os homens como os principais agentes econômicos e, portanto, como o foco principal das políticas de desenvolvimento hegemônicas; as mulheres eram incluídas primordialmente dentro dos esforços tanto de agências estatais, como da esfera privada, no sentido do bem-estar, apenas nos seus papéis familiares de mães, esposas e dependentes ou, então, como ‘desviantes’ desses papéis – como mulheres destituídas, abandonadas ou prostituídas. A segregação de gênero no domínio das políticas tornou-se, assim, o principal alvo das críticas iniciais do MED, o que explica a sua ênfase na *integração*. Mas, no que as mulheres deveriam ser integradas variava de acordo com a agenda hegemônica em questão. Na medida em que a ênfase no crescimento econômico, que caracterizou as primeiras décadas das políticas de desenvolvimento, deslocou-se, nos anos 70, para a questão da pobreza e das necessidades básicas, os esforços integracionistas procuraram demonstrar que as mulheres estavam predominantemente representadas no rol dos “pobres mais pobres”, sendo largamente responsáveis pelo atendimento das necessidades básicas da família.

Nos anos 80, a ascendência, na arena internacional, das ideologias neo-liberais levou a uma ênfase renovada no crescimento econômico, dessa vez acentuando-se as forças do mercado. Consequentemente, o *advocacy* integracionista de gênero também se deslocou para argumentos baseados na questão da “eficiência”, enfatizando a relevância crítica da contribuição econômica das mulheres para qualquer esforço no sentido da maximização de retornos para o crescimento econômico. Esse deslocamento tem sido associado à ênfase dada ao papel das mulheres na revitalização econômica liderada pelo mercado, como produtoras de alimentos, como microempresárias e como figuras chave na entrada de divisas estrangeiras, em uma era de liberalização do comércio exterior e da produção para a exportação.

Mais recentemente, na medida em que os limites do mercado como principal distribuidor de recursos se tornam mais evidentes, cresce também a preocupação com o fator humano no desenvolvimento. Para o Banco Mundial, isso tem tomado a forma de um (re)enfoque na pobreza

e na promoção de estratégias de trabalho intensivo, sustentadas por investimentos públicos em recursos humanos como chave do crescimento para aliviar a pobreza. As agências das Nações Unidas têm procurado promover o desenvolvimento centrado no ser humano, mas com menor ênfase no mercado entendido como mecanismo institucional chave, na garantia tanto do crescimento como de mais espaço para ações públicas. Embora as “mulheres”, enquanto categoria, sejam agora mais rotineiramente incluídas nessas discussões, isso se faz apenas de forma emblemática. Logo, as proponentes da perspectiva de gênero dentro dessas agências têm que continuar a apontar explicitamente as implicações de gênero nessas políticas mais amplas. Em consequência disto, uma versão mais estreita de *mainstreaming* trata de realçar as dimensões de gênero nas preocupações correntes sobre políticas das agências de desenvolvimento oficiais.

6.2 ADVOCACY PARA A TRANSFORMAÇÃO: DO MÉRITO À JUSTIÇA

Ao lado desses esforços integracionistas, surgem também esforços paralelos da parte de proponentes da perspectiva de gênero – de acadêmicas e ativistas, em sua maioria trabalhando de fora das agências oficiais –, no sentido de ir-se além da tarefa de integrar as questões de gênero no desenvolvimento hegemônico, de sorte a levar adiante o desafio de transformar o significado do desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero. Conforme aponta Elston (1991), um dos fatores que contribui para a persistência do viés androcêntrico no pensamento relativo ao desenvolvimento e planejamento está na tendência a se reduzir o enfoque de gênero a um mero “adicionar as mulheres”, sem antes se procurar questionar as formas hegemônicas de pensar e operar. Enquanto essas formas de pensamento e de operacionalização permanecerem intactas, o potencial para um desenvolvimento mais sensível ao gênero continuará severamente prejudicado.

As tentativas anteriores relativas a uma abordagem transformadora tomaram a forma de uma demanda por igualdade. A abordagem do ‘bem-estar’ foi fortemente criticada pelas primeiras defensoras do MED, por identificar as mulheres primordialmente com a reprodução, ignorando seu papel crucial na produção. Apontando para os efeitos adversos do desenvolvimento para mulheres, essas defensoras do MED argumentaram a favor da *igualdade de oportunidades* para as mulheres no processo de desenvolvimento. No entanto, as conotações

redistributivas da demanda por igualdade – e, em especial, sua pertinência no tocante às práticas institucionais que levaram à reprodução da dominância masculina no interior da maioria das agências de desenvolvimento – se traduziram no fato de que nada fosse além de uma simples retórica nessas agências (BUVINIC, 1983).

De qualquer forma, tornou-se cada vez mais aparente que a igualdade formal de oportunidades dentro de instituições que se desenvolveram ao redor do pressuposto do ator institucional masculino sempre operaria contra as mulheres: como o caso de Pauline Neville-Jones (uma mulher em um alto posto que recentemente pediu demissão ao British Foreign Office, por ter sido passada para trás em uma promoção de cargos) parece demonstrar que a discriminação ativa contra as mulheres não é necessária quando a cultura de uma organização garante a reprodução do *status quo* de gênero (*The Observer*, 11/02/1996).

Dessa maneira, o *advocacy* atual para a transformação das práticas de desenvolvimento tem se voltado para a natureza das regras e práticas institucionais e para a forma como estas incorporam o ator masculino, suas necessidades e interesses. Algumas feministas têm enfatizado a relevância do trabalho e das responsabilidades femininas na produção dos recursos humanos e o grau em que as políticas e instituições existentes consideram isso como dado. Outras têm apontado para a cegueira de gênero nas leis construídas com base na igualdade formal, ou de uma igualdade presumida na noção de ‘identidade’ entre homens e mulheres, na qual o ator masculino é tomado como a norma.

Kapur e Cossman (1993) sugerem que uma visão *substantiva*, ao invés de *formal*, no tratamento da igualdade perante a lei, iria demandar uma análise legislativa das maneiras pelas quais as mulheres diferem dos homens, tanto em termos de capacidades biológicas como das desvantagens socialmente construídas que as mulheres enfrentam em relação aos homens. De forma semelhante, no contexto do desenvolvimento, eu mesma tenho apontado para as implicações da construção social das diferenças biológicas e da divisão de recursos e responsabilidades a ela associada, no que se refere às necessidades, interesses e constrangimentos vivenciados por mulheres e homens (KABEER, 1994). Eu tenho sugerido que a *equidade* de gênero tem de ser pensada a partir da noção de justiça social, e não na procura por *igualdade formal de oportunidades*. A equidade de gênero requer o reconhecimento dos constrangimentos e oportunidades desiguais que sublinham as diferenças de gênero na habilidade em que mulheres e homens têm para definir suas próprias metas e agenciam a concretização destas. Dentro de um

quadro de igualdade substantiva e de equidade de gênero, os investimentos de bem-estar que objetivam assistir as mulheres na reprodução e cuidado dos recursos humanos, bem como os investimentos de eficiência para garantir o melhor uso do seu potencial produtivo, passam a ser vistos como abordagens complementares e não competitivas para um desenvolvimento centrado no ser humano.

Podemos também identificar os primeiros sinais de uma versão transformadora do *mainstreaming* nos esforços de diferentes agências de desenvolvimento no sentido de avaliar seus próprios procedimentos de recrutamento e promoção de pessoal. Tais esforços podem não ter ainda caminhado muito – o comentário de uma proponente de gênero sobre sua própria experiência no sistema das Nações Unidas provavelmente se aplica à maior parte das demais agências de desenvolvimento: “nós saberemos que alcançamos a igualdade quando a mulher medíocre tiver a mesma chance de sucesso que os homens medíocres têm no sistema”. Todavia, há de se considerar que esses esforços representam uma mudança importante em relação aos primeiros momentos do *advocacy*, quando havia uma resistência considerável da parte das agências sob o domínio masculino no tocante às agendas de igualdade, devido às conotações redistributivas que tais agendas teriam para as práticas das próprias agências.

É significativo que muitas das mesmas agências internacionais que se mostravam tão resistentes às demanda por igualdade nos anos 70 estejam agora tomando iniciativas de sorte a conquistarem um maior equilíbrio de gênero nas suas práticas de recrutamento e de promoção. Ultimamente, contudo, *mainstreaming* é muito mais do que uma questão do número de mulheres em uma organização e em postos de comando, embora, é claro, isso ajude. Mas, somente quando as tentativas de se deslocar as perspectivas de gênero e as inquietações das mulheres da posição marginal que ocupam, tanto em termos institucionais quanto ideológicos, para o centro das agendas de desenvolvimento, desencadear um processo de se repensar as regras, prioridades e metas institucionais, bem como uma redistribuição substantiva de recursos, é que se poderá considerar as estratégias de *mainstreaming* como tendo, de fato, um impacto transformador na prática do desenvolvimento. O teste supremo do ‘*mainstreaming*’ reside na definição de uma agenda de *mainstreaming* (ou hegemônica) que acomode um mundo no qual as necessidades, interesses e habilidades das mulheres *também* tenham importância (veja-se Jahan, 1995, para uma discussão maior sobre *mainstreaming*).

A partir de e subscrevendo as demandas por igualdade, as estratégias de equidade e justiça enfatizam o *empoderamento* das mulheres. Empoderamento tem a ver com o questionamento da noção de pessoa que homens e mulheres trazem consigo para suas atividades cotidianas de desenvolvimento e o grau em que tal noção pressupõe um sentido de autoestima e dignidade. Os processos de empoderamento pretendem trazer mudanças não apenas na distribuição material e simbólica dos recursos e oportunidades entre mulheres e homens no curso do desenvolvimento, mas, também, e crucialmente, nas crenças e valores que foram assimilados no processo de aquisição de uma noção engendradora de pessoa, onde tal noção se constitui como um constrangimento na sua capacidade de agenciar suas próprias vidas (vejam-se Batliwala, 1994, e Kabeer, 1994, para discussões mais detalhadas no tocante a estratégias de empoderamento).

7 CAMINHANDO DE ‘CEGAS PARA GÊNERO’ PARA ‘SENSÍVEIS AO GÊNERO’: POLÍTICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DIFERENTE

O objetivo do quadro e da análise oferecidos neste capítulo e no resto deste livro é, em última análise, prático. Esperamos que, ao oferecermos uma maneira sistemática para se analisar as desigualdades de gênero e de se demonstrar os custos que trazem para o bem-estar, eficiência e equidade aqueles/as em posição de influenciar a formulação e implementação de políticas públicas ou da parte de organizações não governamentais que se voltam para tais questões, possam analisar por si próprios/as a relevância da perspectiva de gênero para o seu trabalho.

Nesta seção final do capítulo, quero fazer uso da discussão anterior de sorte a ressaltar que existem diferentes maneiras de se traduzir uma perspectiva sensível ao gênero nas políticas, a depender das formas de *advocacy* que terão mais chance de serem eficazes ou então das metas que terão maior probabilidade de serem alcançadas. Comecei este capítulo ressaltando que muito da *cegueira para gênero* das políticas passadas refletia determinados pressupostos sobre a diferença biológica e o determinismo cultural que permita aos planejadores perceberem os homens como os principais atores e, assim, privilegiar suas necessidades, interesses e prioridades na formulação de políticas. As políticas *sensíveis ao gênero*, por extensão, são aquelas baseadas no reconhecimento de que: os agentes do desenvolvimento são tanto as mulheres como os

homens; homens e mulheres são constrangidos de maneira diferente, não raro desigual, como participantes e beneficiários em potencial do processo de desenvolvimento; e que, conseqüentemente, homens e mulheres terão necessidades, interesses e prioridades diferentes, senão conflitantes.

Discutimos aqui como a cegueira para gênero está muitas vezes enraizada em normas, distorções e preconceitos não questionados, o que impõe aos planejadores, praticantes e analistas a necessidade persistente de ‘avaliações da realidade’; eles devem acessar seus pressupostos e práticas frente ao que acontece no mundo real. No entanto, repensar pressupostos e práticas a partir da perspectiva de gênero não leva, necessariamente, à adoção de políticas que se dirijam, diretamente, ao coração das relações desiguais entre mulheres e homens. A extensão em que intervenções resultantes de uma análise sensível ao gênero trarão, por sua vez, transformações, refletirá os efeitos combinados da predisposição de planejadores e praticantes individuais e dos limites institucionais no qual eles têm que operar, dos contextos sócio-econômicos nos quais procuram intervir e das possibilidades que estes oferecem. Conseqüentemente, sob a rubrica mais ampla de políticas sensíveis ao gênero, podemos distinguir tipos diferentes de intervenções, que se diferenciam em relação à busca da ‘integração’ ou ‘transformação’. Um corolário dessa distinção refere-se ao fato de que os debates em torno das virtudes genéricas dos programas de ‘integração’ face às dos ‘específicos para mulheres’ fogem do ponto crucial. As intervenções devem ser pensadas com base nas necessidades e oportunidades que forem priorizadas a partir da análise sensível ao gênero e das possibilidades políticas de formas particulares de mudança, de sorte que, como delineado no esquema abaixo, intervenções *formalmente* específicas ao gênero possam ser *substantivamente* distinguidas em termos da intenção maior de suas metas, isto é, se ela é integracionista ou transformativa.

<i>Relacionando Metas e Intervenções</i>			
Meta mais ampla	Política de Intervenção		
Integracionista	Neutra p/Gênero	Específica p/ Gênero	-----
Transformativa	-----	Específica p/ Gênero	Transformadora do Gênero

O impulso maior do *advocacy* 'integracionista' é o de ressaltar que homens e mulheres têm papéis diferentes e trazem tipos de contribuições diferentes; isso deve ser incorporado à formulação de políticas para garantir o uso mais eficaz dos recursos para o desenvolvimento (veja-se Overholt et al., 1985, para um quadro de análise de gênero que incorpora uma perspectiva integracionista). Esse tipo de *advocacy* tende a promover políticas *neutras para o gênero*, com base na noção de que uma avaliação acurada da divisão de gênero existente, no tocante a recursos e responsabilidades, garantirá uma concretização dos objetivos dessas políticas, tão efetiva quanto possível dentro de contextos determinados.

Nos países em que existe uma tradição de produção agrícola feminina independente, uma política agrária, neutra para gênero, que pretende incrementar a produtividade agrícola, implicaria em serviços de extensão que alcançassem os dois conjuntos de produtores. Em outros contextos, em particular naqueles em que a reclusão feminina é mais amplamente observada e os homens dominam o trabalho agrícola na roça, enquanto as mulheres se dedicam às atividades produtivas centradas na casa, a extensão agrícola neutra para gênero, que objetiva aumentar a produtividade, envolveria serviços de informação e insumo tanto para a produção das safras de cereais nas roças, quanto para a de produtos da horticultura, praticada no contexto da casa. As políticas neutras para gênero têm sido defendidas mais comumente a partir da perspectiva integracionista e, assim, refletem as vantagens e limitações dessa abordagem. Elas refletem uma base de informações melhorada, mas não uma sensibilidade política maior. Essas políticas se apoiam no reconhecimento das diferenças nos papéis, recursos e responsabilidades de homens e mulheres e, destarte, se dirigem aos atores ou atrizes apropriadas para os esforços de desenvolvimento em questão, todavia, deixam as divisões de papéis, recursos e responsabilidades existentes, intactas. O que se prioriza, nesse caso, é o prático ao invés do estratégico.

O *advocacy* integracionista pode também levar a políticas *específicas para gênero*, que se dirigem e beneficiam especificamente um dos gêneros, com o propósito de atingir determinadas metas ou de satisfazer certas necessidades específicas de gênero com maior eficácia. Essa categoria de políticas se difere, radicalmente, daquelas baseadas nos antigos estereótipos de gênero, isto é, aquelas que se dirigiam aos homens para intervenções na produção e às mulheres quando se tratava de intervenções relativas ao bem-estar.

De fato, tal categoria se baseia na análise acurada da divisão do trabalho, responsabilidades e necessidades prevaletentes, ao invés de nos preconceitos e noções enviesadas dos planejadores. Na maioria das sociedades, a divisão do trabalho com base no gênero implica a alocação de tarefas e responsabilidades diferentes para mulheres e homens na luta pela sobrevivência e segurança da família e, assim, dá margem a constrangimentos e necessidades práticas de gênero específicas. Políticas específicas de gênero podem resultar do reconhecimento dessas necessidades e constrangimentos específicos. O *advocacy* de Boserup para que maior atenção seja dada à educação feminina, como uma forma de acabar com os crescentes diferenciais de produtividade entre homens e mulheres e, assim, com as diferenças resultantes na capacidade feminina em se beneficiar com o desenvolvimento, é um exemplo de *advocacy* que pode levar a respostas específicas de gênero. Da mesma forma, o reconhecimento de que as mulheres são limitadas, na sua participação no desenvolvimento hegemônico, pela falta de controle sobre sua fertilidade pode levar a esforços no sentido do planejamento familiar, tendo as mulheres como alvo.

Em sociedades nas quais existem normas rígidas de reclusão feminina e, assim, que limitam a mobilidade das mulheres, projetos de geração de renda centrados na esfera doméstica podem ser vistos como uma solução apropriada e específica de gênero aos constrangimentos objetivos existentes. Dessa maneira, a distinção entre uma intervenção específica para mulheres ser tomada como sensível ao gênero, ao invés de cega para gênero, reside na diferença entre um projeto baseado em pressupostos quanto aos papéis “apropriados” para mulheres e aquele que se fundamenta em uma análise das necessidades e constrangimentos específicos de gênero.

No entanto, as intervenções específicas de gênero não precisam se limitar às metas integracionistas. Elas podem surgir também do *advocacy* transformativo que procura se direcionar não apenas às manifestações das desigualdades de gênero, como também às suas causas subjacentes. Alguns exemplos de intervenções *transformativas do gênero* que tomam uma forma específica de gênero podem nos ajudar a clarificar a distinção entre políticas ‘integracionistas’ e as ‘transformativas’. Se tomarmos o caso da circuncisão feminina, uma intervenção que se endereçar a ela, em termos da saúde das mulheres, será um exemplo de uma intervenção específica de gênero, certamente necessária, mas que provavelmente deixará a prática de tal costume intacta. Sem dúvida, essa intervenção terá um potencial transformativo maior, se a intervenção de saúde for acompanhada por tentativas de trazer à tona a questão dos direitos das

mulheres sobre seus próprios corpos: afinal, a circuncisão é um ato geralmente praticado *em* uma pessoa sob autoridade de outra e, comumente, sem o consentimento da primeira. Se as mães são vistas como a linha de frente no agenciamento da circuncisão de suas filhas, então as mães deverão ser também o principal alvo das campanhas de erradicação da circuncisão feminina. Mas é claro que transformações em longo prazo nesse sentido irão requerer que os homens se tornem também defensores dessas mudanças.

Embora as militantes feministas tenham sido as primeiras a promover a formação de grupos de mulheres como um meio de uni-las na luta por mudanças sociais, a formação de grupos femininos passou a fazer parte de uma variedade de intervenções de desenvolvimento, como forma de se conseguir uma integração das mulheres mais eficaz. De fato, em Bangladesh, onde a prática hoje amplamente disseminada de formação de grupos solidários para a tomada de empréstimos foi pioneira, observa-se um contraste marcante entre a insistência na formação de grupos no contexto da oferta de crédito – que tem como propósito formar mulheres empresárias, que devem, supostamente, competir umas contra as outras para se tornarem bem sucedidas –, e a recusa, com o apoio do governo, ao direito de organização das mulheres trabalhadoras na indústria de confecções que, presume-se, têm um interesse coletivo no associativismo. É claro que a formação de grupos femininos no contexto dos esforços de desenvolvimento é uma estratégia específica de gênero, que pode ter tanto as limitações integracionistas, quanto objetivos transformativos mais amplos em mente.

Todavia, as estratégias transformativas não implicam necessariamente em intervenções específicas para mulheres. Voltando ao exemplo anterior dos livros didáticos, podemos ver como estes oferecem um modelo de gênero bastante enviesado e bem fora da realidade, tanto para meninos como para meninas. Uma revisão desses livros, sensível ao gênero, obviamente teria importantes implicações no que se refere às mensagens sobre papéis e modelos de gênero para meninos e para meninas. Uma revisão neutra para gênero resultaria em representações mais justas de meninas e meninos nas ilustrações e conteúdos, mostrando-os/as engajados/as nos tipos de atividades que eles e elas geralmente desenvolvem em determinados contextos. Por outro lado, uma revisão transformadora do gênero talvez tentasse mostrar meninos participando das atividades domésticas e as meninas desejando papéis não tradicionais ao seu sexo, de maneira a promover um questionamento, ao invés de apenas reproduzir a divisão de gênero de papéis e responsabilidades.

O potencial transformador de representações simbólicas não deve ser subestimado. Uma manifestação contra o consumo de bebidas alcoólicas articulada por mulheres da zona rural, em Andhra Pradesh, foi iniciada com uma cartilha de campanha pela alfabetização, que mostrava o sofrimento de uma pobre mulher do campo, cujo marido gastara todo o salário bebendo em um boteco das redondezas. Conforme bem aponta Batliwala (1994), esse exemplo encorajou as mulheres do curso de alfabetização a levantarem questões sobre sua própria situação e sobre seu potencial para a ação. Por outro lado, as dificuldades práticas e políticas em se concretizar o potencial transformativo de uma intervenção também não podem ser subestimadas. O campo do desenvolvimento está repleto de restos de políticas que começaram com boas intenções, para depois falirem por não conseguirem levá-las a termo. A análise do programa intitulado DWCRA (*Development of Women and Children in Rural Areas*), elaborada por Kabeer e Murthy neste livro, oferece alguns exemplos de como isso pode acontecer, ao retratar os diferentes momentos em que uma intervenção é pensada, formulada, comunicada e, então, implementada.

Esta tentativa de categorizar diferentes políticas de intervenção, de acordo com os seus objetivos subjacentes, pretende ser apenas um instrumento analítico e não um modelo prescritivo. *Políticas de intervenção transformativas* tendem a ser politicamente desafiantes porque tornam inevitável que homens abram mão de certos privilégios, ou assumam certas responsabilidades, de sorte a se alcançar uma equidade de gênero no processo de desenvolvimento. Essas políticas, em longo prazo, podem levar a ganhos tanto para mulheres como para homens, contudo, em curto prazo, elas são percebidas em termos de ‘soma zero’. E, uma vez que a maioria das mulheres prefere viver relações não antagônicas com seus parceiros, muitas não verão com bons olhos formas de intervenção que possam acentuar, desnecessariamente, esses antagonismos, ou que possam aumentar suas próprias inseguranças.

Assim sendo, as diferentes abordagens não devem ser vistas como mutuamente excludentes; uma delas pode ser usada como a única possibilidade viável ou como precursora das demais. Em situações em que um viés androcêntrico acentuado estabeleceu a norma, a simples mudança para uma abordagem neutra pode se constituir como um avanço. Em outras situações, as estratégias transformativas podem tomar a forma de intervenções específicas de gênero, focalizando às vezes as mulheres, conforme vimos anteriormente, e em outras, os homens; por exemplo, em intervenções que buscam reforçar a responsabilidade masculina no planejamento familiar, haja vista a ênfase predominante (ou mesmo única) nas mulheres na maioria dos

programas dessa natureza. Ou então, em tentativas de sensibilizar os homens para questões de gênero, tais como a violência doméstica e em relação aos dotes.

Ainda em situações outras, políticas redistributivas podem se tornar contraproducentes se não se levar em conta, antecipadamente, uma esperada resistência masculina que possa trazer um *backlash* contra as mulheres, ao invés de beneficiá-las. Nesses contextos, as abordagens do bem-estar e de combate à pobreza, que enfatizam as necessidades ao invés de interesses, acabam sendo o *ponto de entrada* politicamente mais viável para se despertar a sensibilidade para com o gênero na arena das políticas, devido ao seu caráter aparentemente menos ameaçador. Todavia, os *meios* utilizados para implementar essa abordagem determinarão se ela permanecerá sendo uma medida puramente de bem-estar, deixando as causas subjacentes da desigualdade de gênero intactas, ou então, se ela contribuirá, em longo prazo, para uma mudança estratégica. O planejamento para a transformação implica o pensamento estratégico e uma análise objetiva do que é viável.

Portanto, isso significa que devemos nos afastar do pensamento dicotômico e prescritivo, implícito na forma em que os conceitos de acesso/controle e prático/estratégico têm sido geralmente trabalhados na análise de gênero (OVERHOLT; MOSER, 1989), voltando-nos, ao invés, para as maneiras mais processuais de nos questionarmos sobre a relação entre uma intervenção e seus possíveis impactos.

A questão chave no tocante ao ‘acesso’ a recursos não é ‘controle’, mas sim *que diferença isso faz* na dinâmica das desigualdades de gênero. A simples ênfase em controle ignora as múltiplas maneiras em que as desigualdades de gênero se expressam na vida cotidiana e, assim, limita a questão do ‘impacto’ a uma única dimensão (veja-se Kabeer, 1998, para uma discussão mais aprofundada desse ponto).

De maneira semelhante, precisamos nos perguntar como as necessidades práticas do dia a dia podem ser satisfeitas de sorte a propiciarem deslocamentos nas desigualdades estruturais, ao invés de estabelecerem uma ‘hierarquia de necessidades’ na qual as grandes intervenções ‘estratégicas’ assumem uma precedência política sobre as mais mundanas intervenções ‘práticas’. Na medida em que o empoderamento tem muitas dimensões diferentes, ele não pode ser conquistado através de medidas unidimensionais ou hierárquicas. O enfoque no desenho das políticas que levam em consideração o empoderamento das mulheres deve se fixar no seu *potencial transformativo*, na diferença que elas poderão fazer na a vida de homens e mulheres e na relevância dessa diferença no que toca às desigualdades estruturais do poder.

8 CONCLUSÃO: QUE MIL FLORES FLORESÇAM!

Esses argumentos e racionalizações para a promoção das questões de gênero na arena das políticas oferecem, de forma clarificadora, bases diferentes para se demandar recursos com graus diferentes de potencial transformativo. No entanto, é também importante que as várias categorias não sejam reificadas. As relações de gênero são por demais diferenciadas através de diferentes culturas e bastante fluidas no interior de diferentes culturas, não permitindo a formulação de políticas prescritivas fáceis ou universais. A principal contribuição que a teoria feminista, o *advocacy* e a militância podem trazer é a de analisar as principais barreiras à equidade de gênero e à justiça social, em diferentes contextos, procurando desenvolver estratégias apropriadas para derrubá-las. Se, tal como sugerimos anteriormente, planejar para a transformação requer a análise estratégica e uma avaliação objetiva do que é viável, então o *como fazer* nas políticas é tão importante quanto o *que fazer*.

Não existe um caminho definido nem unilinear para a transformação social; muitas das contribuições neste livro assim o demonstram. Essas contribuições apontam para as tentativas por parte do estado, de ONGs e de ativistas no sentido de transformar a condição feminina, mas elas também nos mostram como tais tentativas muitas vezes permanecem mornas ou muito fragmentadas, ou então vão à falência frente às desigualdades de longa data. Fica, portanto, claro que nenhuma intervenção isolada pode pretender erradicar essas formas ancestrais de discriminação, não importa o quão promissor seja o seu desempenho. O que parece ser muito mais promissor para o processo transformativo que qualquer uma intervenção isolada é a variedade de intervenções que estão sendo hoje efetivadas na Índia e em outras partes do mundo, impossibilitando que se contenha, dentro de limites manejáveis, a miríade de mudanças que elas têm deslanchado.

A surra sofrida por Bhanwari em repreensão ao questionamento por ela levantado quanto às práticas discriminatórias das castas superiores da sua comunidade é uma resposta antiga por parte dos homens, quando o seu poder patriarcal é desafiado. Mas, a reação de Bhanwari em obrigar seus agressores a enfrentar o sistema legal da Índia até as instâncias mais elevadas das

cortes do país sugere que esse privilégio está agora sendo questionado. As cortes nacionais terão que mudar suas regras e práticas de sorte a torná-las mais neutras na mediação dos conflitos de casta, classe e gênero, caso contrário, ficarão cada vez mais desacreditadas aos olhos do povo que elas devem servir. Bhanwari pode não ter encontrado a justiça que ela esperava alcançar, mas ela certamente abriu um caminho para que outras mulheres depois dela possam recorrer à justiça social.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, Bina. *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge and Delhi: Cambridge University Press, 1994.

BATLIWALA, S. The Meaning of Women's Empowerment: New Concepts from Action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (Ed.). *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1994.

BUVINIC, M. Women's Issues in Third World Poverty: A Policy Analysis. In: BUVINIC, M.; LYCETTE, M.; MCGREEVEY, W.P. (Ed.). *Women and Poverty in the Third World*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1983.

CARNEY, J. Struggle over Land and Crops in an Irrigated Rice Scheme in Gambia. In: DAVIDSON, J. (Ed.). *Agriculture, Women and Land. The African Experience*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1988.

ELSON, D. Male Bias in Macro-economics: The Case of Structural Adjustment. In: ELSON, D. (Ed.). *Male Bias in the Development Process*. Manchester: Manchester University Press, 1991.

_____. Gender Issues in Development Strategies, in: *Women 2000*. New York: UN Division for Advancement of Women, 1992.

GUPTA, J. Voices Break the Silence: Women Define Their Rights and Demands with the Changing Land Relations in West Bengal. In: *Journal of Women's Studies*, v. 2, n.º.2, Calcutta: Women's Studies Research Centre, 1997.

HARRISON, E. Fish and Feminists. *IDS Bulletin* Vol.26 (3), 1995.

JAHAN, R. *The Elusive Agenda: Mainstreaming Women in Development*. London: Zed Books, 1995.

JAQUETTE, J.S. Gender and Justice in Economic Development. In: TINKER, I. (ed.). *Persistent Inequalities*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

JONASDOTTIR, A.G. On the Concept of Interests, Women's Interests and the Limitations of the Interest Theory. In: JONES, K.B.; JONASDOTTIR, A.G. (Ed.). *The Political Interests of Gender*. London: Sage Publications, 1988.

KABEER, N. Training as Activism: Reflections on the Gender Training Programme in India, paper presented at the *pre-Beijing Conference* at the University of East Anglia, 1994.

_____. Gender Aware Policy and Planning: A Social Relations Perspective. In: MACDONALD, M. (ed.). *Gender Planning in Development Agencies: Meeting the Challenges*. Oxfam, U.K, 1994.

_____. *Reversed Realities: Gender Hierarchies in Development Thought*. London; New York: Verso Press, Delhi: Kali for Women, 1994.

_____. Can Buy Me Love? Re-evaluating the Empowerment Impact of Lending to Women in Rural Bangladesh. *IDS Discussion Paper*, Institute of Development Studies, Sussex, 1998.

KABEER, N.; SUBRAHMANIAN, R. Institutions, Relations and Outcomes: Framework and Tools for Gender-Aware Planning. *IDS Discussion Paper n° 357*, IDS, Sussex, 1996.

KAPADIA, K. *Siva and her Sisters. Gender, Caste and Class in Rural South India*. Delhi: Oxford University Press, 1995.

KAPUR, R.; COSSMAN, B. On Women, Equality and the Constitution: Through the Looking-Glass Of Feminism. *National Law School Journal (Special Issue on Feminism and Law)*. National Law School of India University, Bangalore, 1993.

LUKES, S. *Power: a radical view*. London: Macmilan Press, 1974.

MOLYNEUX, M. Mobilisation Without Emancipation: Women's Interests, State and Revolution. *Feminist Studies*. v. 11 (2), 1985. p.227-54.

MOSER, C.O.N. Gender Planning in the Third World: Meeting Practical and Strategic Gender Needs. *World Development* v. 17(11), 1989. p. 1799-825.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OVERHOLT, C.; ANDERSON, M. B.; CLOUD, K.; AUSTIN, J. E. (Ed.). *Gender Roles in Development Projects*. West Hartford: Kumarian Press, 1985.

WHITEHEAD, A. Some Preliminary Notes on the Subordination of Women. *IDS Bulletin* v.10 (3), 1979. p.10-13.

YATES, R. Women and Literacy: Contested Agendas in the Funcional Literacy Programme, Ghana. Ph.D. dissertation, University of Sussex, 1994.